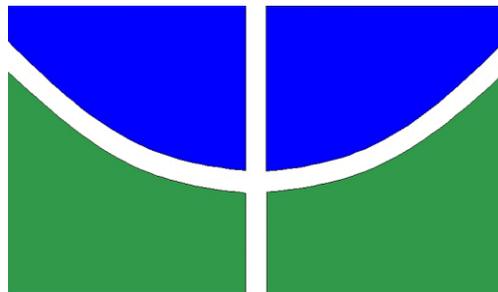


**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO - FAC
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO – JOR**

LUÍS FELGUEIRA JOSÉ

**Jornalismo em Línguas não oficiais:
*Exercício e Cidadania das Emissoras Públicas no Brasil e
Angola***

Brasília - DF
Agosto de 2018



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO - FAC
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO – JOR**

**Jornalismo em Línguas não oficiais:
*Exercício e Cidadania das Emissoras Públicas no Brasil e
Angola***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel no curso Comunicação Social, habilitação em Jornalismo.

Orientador: Prof^o. Dr. Carlos Potiara Castro

Brasília - DF
Agosto de 2018

LUÍS FELGUEIRA JOSÉ

Jornalismo em Línguas não Oficiais:
*Exercício e Cidadania das Emissoras Públicas no Brasil e
Angola*

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora como
requisito parcial para a obtenção do grau de
bacharel no curso Comunicação Social,
habilitação em Jornalismo.

Brasília, 13 de agosto de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof^o. Dr. Carlos Potiara Castro

Membro: Prof^o. Dr. Fernando Oliveira Paulino

Membro: Prof^a. Dr. Elen Geraldés Cristina

Membro Suplente: Prof^o. Dr. Sérgio Ribeiro

DEDICATÓRIA

*A minha querida avó Maria da Conceição
Que dedicou sua vida na minha criação e
Lutou para que me tornasse um cidadão
Do bem e lutasse pelas coisas que acredito
E por todo amor incondicional.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus antes de tudo. Sem Ele não chegaria a esta tão sonhada conquista. Meu primeiro agradecimento vai para minha amada avó, Maria da Conceição, por todo amor e dedicação na minha criação. Também agradeço minha querida mãe, Engrácia Francisco Felgueira, por acreditar no potencial não somente do ser humano que sou. Agradeço ao meu querido irmão Mateus Felgueira, por todo apoio que me deu nesta caminhada até aqui, e esteve à disposição sempre que possível. Agradeço à minha parceira, amiga e companheira, meu grande amor, Fernanda Sacramento Samora, por sua paciência e carinho de sempre, pois fez de tudo para que meu trabalho ficasse impecável, mesmo nos momentos mais difíceis. Agradeço a toda família Samora, em nome de João Luiz Samora, Elizete Samora e João Paulo Samora; por todo apoio e acolhimento, carinho e dedicação. Agradeço ao meu amigo António Sebastião pelo apoio na compra da passagem na busca da realização deste sonho. Agrade ao meu amigo Mateus Bem-vindo pelo apoio e conselhos. Agradeço aos meus queridos professores: Fernando Oliveira Paulino, por todo apoio no projeto de Iniciação científica, projeto de extensão e demais atividade acadêmica. Ao professor Sérgio Ribeiro, pela preocupação, conselhos e orientação. Agradeço à professora Dione Moura por ter se preocupado e me ajudado com diversos conselhos acadêmicos que só enriqueceram toda a pesquisa. Agradeço pelo incrível apoio dos professores da Faculdade de Comunicação que sempre estiveram do meu lado. Agradeço aos professores que se disponibilizaram para participar da minha banca de trabalho final, além dos valiosos conselhos profissionais. À professora Márcia Marques, ao professor Luiz Martino, ao professo Fernando Oliveira Paulino por todos conselhos e apoios. Agradeço ao meu tio Agostinho Apolinário de Carvalho, aos meus colegas de curso que sempre estiveram do meu lado e tornaram minha adaptação possível: Celimar de Menezes, Leonardo Carneiro, Milena Marra, a Christiane Araújo Santos pelo apoio, paciente e amizade nestes anos de formação. Agradeço a Dona Socorro e Lurdes que ajudaram a sair da rua quando as coisas estavam difíceis. Ao professor Carlos Potiara, que me acolheu como orientador com disponibilidade e alegria. Agradeço principalmente e de todo coração à professora Elen Geraldês por ter acreditado na proposta de trabalho desde o início e por sua imensa paciência, pois sem seus ensinamentos, conselhos, sugestões e ideias (dignas, por sinal), nada disso sairia do papel. O que me leva a dizer que hoje a professora Elen Geraldês se tornou uma fonte de inspiração. Por fim, meu agradecimento vai aos amigos e amigas, dos mais antigos aos feitos recentemente.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo avaliar como as línguas indígenas são tratadas no âmbito da comunicação nas emissoras públicas do Brasil e Angola, por meio de um estudo comparado, e como estão representados os povos indígenas nas emissoras. Com isso, visa identificar como se dão as representações das línguas indígenas na grade de programação desses veículos e reflete sobre a importância destas emissoras na conquista de direitos humanos e sociais. Neste sentido, o trabalho se focalizou nas análises quantitativas da grade de programação e qualitativas da estrutura organizacional das emissoras públicas angolanas e brasileira, utilizando-se indicadores de qualidade da radiodifusão pública apontados pela UNESCO (BUCCI et al, 2012) A pesquisa se deu em três etapas: 1) Levantamento de dados relativos à população indígena em emissoras públicas de ambos os países; 2) Entrevista semiaberta com os gestores destas emissoras; 3) Análise quantitativa da grade de programação das emissoras. A análise quali-quantitativa foi realizada a partir da visualização dos conteúdos encontrados por meio de busca das palavras-chave “índio”, “indígena”, “cultura indígena” e “populações indígenas” nas respectivas páginas das emissoras, considerando-se o período de 2013 a 2017. Observamos os conteúdos relacionados às populações indígenas produzidos pelas emissoras brasileira e angolana. Também verificamos quatro tendências que perpassam a programação plural de qualidade: a regionalização, a especialização, a promoção de debates que encorajem a multiplicidade de vozes e a produção de conteúdo por pessoas de etnias às quais aquele conteúdo se destina. No campo dos desafios, no que se refere ao Brasil, identificamos quatro: aumentar e melhorar o acesso à transparência nas páginas das emissoras; produzir mais conteúdo que tenha como público-alvo as populações indígenas; criar espaços para representatividade de pessoas indígenas no corpo de colaboradores das emissoras; efetivar políticas públicas de comunicação que garantam a continuidade da programação.

Palavras Chave: Línguas Nacionais de Angola; Radiodifusão Pública; Políticas de Comunicação; Populações Indígenas; Representações Sociais.

ABSTRACT

This research aims to evaluate how indigenous languages are treated in the context of the communication in public broadcasters in Brazil and Angola, through a comparative study, and how the indigenous peoples are represented in the broadcasters. With this, it aims to identify how the representations of indigenous languages are given in the programming grid of these vehicles and reflects on the importance of these stations in the achievement of human and social rights. In this sense, the work focused on the quantitative analysis of the programming and qualitative grid of the organizational structure of the Angolan and Brazilian public broadcasters, using indicators of quality of public broadcasting pointed out by UNESCO (BUCCI et al, 2012). three steps: 1) Survey of indigenous population data on public broadcasters in both countries; 2) Semi-open interview with the managers of these stations; 3) Quantitative analysis of the programming grid of the stations. The qualitative-qualitative analysis was carried out by visualizing the contents found by searching for the keywords "indio", "indigenous", "indigenous culture" and "indigenous populations" on the respective pages of the stations, considering the period from 2013 to 2017. We observed the contents related to the indigenous populations produced by the Brazilian and Angolan broadcasters. We also see four trends that permeate plural quality programming: regionalization, specialization, the promotion of debates that encourage multiplicity of voices and the production of content by ethnicities to which that content is intended. In the field of challenges, with regard to Brazil, we identified four: increase and improve access to transparency on the pages of broadcasters; produce more content targeting indigenous populations; create spaces for the representation of indigenous people in the staff of the broadcasters; implement public communication policies that guarantee the continuity of programming.

Key-words: National Languages of Angola; Public Broadcasting; Communication Policies; Indigenous Populations; Social Representations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa de Angola	40
Figura 2- IBGE, Censo Demográfico 2010.....	47
Figura 3- IBGE, Censo Demográfico 2010.....	47
Figura 4- Logotipo da Rádio Ngola Yetu	54
Figura 5 -Logotipo do Noticiário em Línguas Nacional	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução de Televisões em uso no Brasil.....	17
Tabela 2- Tvs Públicas.....	25
Tabela 3- Indicadores de Televisão Pública.....	32
Tabela 4- Línguas Nacionais e suas variantes.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCCOM	-Associação Brasileira de Canais Comunitários
ABTU	-Associação Brasileira de TV Universitárias
ASTRAL	-Associação Brasileira de Rádio e TVs Legislativas
CBT	-Código Brasileiro de Telecomunicações
CONTEL	-Conselho Nacional de Telecomunicação
DENTEL	-Departamento Nacional de Telecomunicação
EBC	-Empresa Brasil de Comunicação
EMBRATEL	-Empresa Brasileira de Telecomunicações
FUNAI	-Fundação Nacional do Índio
IBGE	-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILN	-Instituto de Línguas Nacionais
MINICOM	-Ministério da Comunicação
RNA	-Rádio Nacional de Angola

RNY	-Rádio Ngola Yeto
TELEBRÁS	-Telecomunicações Brasileiras
TPA	-Televisão Pública de Angola
UPI	-United Press International

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. METODOLOGIA DE PESQUISA	12
2.1. Referente ao Brasil.....	12
2.2 Referente Angola	12
3. TELEVISÃO PÚBLICA NO BRASIL	16
3.1. A fase elitista (1950 – 1964)	16
3.2. A fase populista (1964-1975)	18
3.3. A fase do Desenvolvimento Tecnológico (1975-1985).....	20
3.4. A Fase da Transição e da Expansão Internacional (1985-1990)	21
3.5. Crise na audiência da Televisão Pública.....	22
3.6. Empresa Brasil de Comunicação (EBC)	24
4. A TELEVISÃO PÚBLICA EM ANGOLA	26
5. TELEVISÃO PÚBLICA DE ANGOLA (TPA)	28
5.1. Emissoras em Angola.....	29
5.2. Audiência	29
6. INDICADORES DE TELEVISÃO PÚBLICA	31
7. INDICADORES DE QUALIDADE DE TELEVISÃO PÚBLICA	33
7.1. Quanto à propriedade ou natureza jurídica	34
7.2. Quanto à forma de gestão	34
7.3. Quanto à sua programação	35
7.4. A emissora comunitária	35

8. LÍNGUA E LINGUAGEM	37
8.1. Como surgiu, qual sua verdadeira origem?	37
8.2. Origem da Língua	37
8.3. Língua de Sinais Brasileira - Libra	38
8.4. Dialeto	39
8.5. A situação dialectal em Angola	40
8.6. As Línguas Indígenas no Brasil	44
8.7. Línguas Indígenas falada no Brasil	45
9. POLÍTICAS PÚBLICAS QUE VALORIZAM A CULTURA INDÍGENA NO BRASIL	48
10. POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO PARA AS LÍNGUAS NACIONAIS DE ANGOLA	49
10.1 Iniciativas oficiais e jurídicas	49
10.2. Instituto de Línguas Nacional de Angola	51
10.3. Conteúdo das emissoras difusoras das línguas nacionais angolanas	53
11. POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO PARA AS LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL	56
11.1 A ausência das Línguas Indígenas na mídia brasileira	57
12. POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO	62
12.1. Direitos Sociais	64
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
14. REFERÊNCIAS	71
15. ANEXO	76

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, buscou investigar de que maneira as línguas indígenas estão representadas no jornalismo brasileiro e o jornalismo na TPA emissora angolana, a partir de um estudo comparado entre as emissoras públicas do Brasil e as emissoras públicas de Angola. Assim como o Brasil, Angola dispõe de diversas línguas indígenas – ou nacionais, como são tratadas, além do idioma oficial, o português. Buscou-se entender quais as iniciativas do Estado na regularização e funcionamento destas línguas no contexto social –, de acordo com os indicadores de qualidade apontados pela Unesco no documento “Indicadores de qualidade nas televisões públicas – uma avaliação contemporânea” (BUCCI et al, 2012). O recorte foi a grade de programação dessas emissoras, analisadas entre 2013 a 2017, com relação à frequência e ao conteúdo.

De acordo com dados do censo populacional, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, em 2010, existem atualmente no Brasil 274 línguas indígenas, faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes, e 896 mil pessoas se declararam indígenas no Brasil. Dessas, 315.180 viviam em áreas urbanas e 502.783, em áreas rurais (IBGE, 2010). A pesquisa também revelou que, entre 2000 e 2010, o número de pessoas que se declararam de origem indígena cresceu 1,1% ao ano. No entanto, o total desta mesma população nas áreas urbanas diminuiu em 68 mil indivíduos – a maioria, nas regiões Sudeste e Centro Oeste (IBGE, 2010).

Esses números nos revelam duas situações diferentes. De acordo com Barros (2014), “de um lado, “o crescimento total da população que se autodeclara indígena é consequência, segundo o antropólogo e membro da tribo Baniwa. Luciano (2006), de um fenômeno chamado “etnogênese” ou “reterritorialização”, um crescente interesse “pela recuperação do valor e do significado da identidade indígena”” (LUCIANO, 2006: p. 39), ocorrido a partir do início da década de 2000, com a consolidação de espaços de representação do movimento indígena (2006). Segundo o autor

Os povos indígenas brasileiros de hoje são sobreviventes e resistentes da história de colonização europeia, estão em franca recuperação do orgulho e da autoestima identitária e, como desafio, buscam consolidar um espaço digno na história e na vida multicultural do país. (LUCIANO, 2006: p.29)

Contraditoriamente, o decréscimo em áreas urbanas nas regiões Sudeste e Centro-

Oeste pode indicar, segundo o IBGE (2010) que “essas populações indígenas – com exceção de Mato Grosso – estejam perdendo o sentido de pertencimento étnico”.

Portanto, de um lado, há uma luta das populações indígenas pelo fortalecimento e preservação da sua cultura, e de outro, há uma parcela que se vê longe de suas raízes e por isso está perdendo seu senso de pertencimento. Como argumenta Barros (2014):

“Fazem-se necessários, portanto, mecanismos de valorização das culturas indígenas e de suas tradições, idiomas e religiões. Elementos que consigam alcançar tanto a população indígena em áreas urbanas, servindo como ponto de identificação e fortalecimento de cultura, quanto pessoas indígenas em áreas rurais, para que os diferentes povos possam se reconhecer nas diferenças e similaridades de outros grupos”.

Conforme Bezerra (2012), é necessário a utilização de meios e políticas de comunicação para publicizar a reivindicação das diferenças, servindo de espaço para articulação, organização e conscientização de apoio às ações políticas de minoria com uma relevância fundamental nos segmentos minoritários. Pensando nisso, países como Bolívia, México, Canadá, Nova Zelândia, Argentina e a Austrália compreenderam a importância de integrar essas línguas na grade de programação das emissoras públicas. Buscaram ainda ampliar as atividades com políticas de comunicação.

Diante destas afirmações, o trabalho desdobrou-se no seguinte questionamento: “Como se dá a representação das línguas indígenas nas emissoras públicas do Brasil e Angola?”. Dessa forma, fez-se necessário a divisão do trabalho em algumas etapas. A primeira delas é apresentada pelo método utilizado no trabalho, sob a construção de um estudo onde optamos pela esfera da grade de programação das emissoras. Além disso, fez-se em um estudo exploratório. As entrevistas individuais em profundidade com entidades que nos permitiram compreender como se dá o fenômeno estudado.

Fez-se revisão literária onde constam de conceitos que cercam as explicações a respeito do surgimento da imprensa no Brasil e Angola, os indicadores de televisão pública, indicadores de qualidade de televisão pública, audiência, um levantamento a respeito do emissoras públicas em ambos países. O objetivo principal dessa etapa da pesquisa é reunir diversos conceitos encontrados em pesquisas, como; livros e artigos que tratam de assuntos relacionados à chegada da imprensa no Brasil e Angola, e sua consolidação, porém de maneira mais sintetizada e que fique fácil para o leitor, uma vez que o assunto possui divisões distintas e denominações das

mais variadas.

Na segunda etapa da revisão literária, preocupou-se com um conjunto de termo que explicam a língua e linguagem, fez-se o mapeamento das línguas faladas em Angola e no Brasil, dialeto, Língua de Sinais Brasileira, a situação dialectal em Angola, e demais conceitos que nos possibilitasse entender a cultura indígena.

Na terceira etapa do estudo, é apresentado as políticas de comunicação como prova da importância do Estado na regulação destas línguas junto à sociedade, uma prática já desenvolvida por alguns países na América Latina e no mundo. Finaliza-se a presente pesquisa, são apresentadas as conclusões, que contém abordagens a respeito da importância destas prática no âmbito social e cultural, pois o surgimento destas línguas antecede o sistema de informação convencional e todo aparato tecnológico que vem surgido, demonstrando dessa forma que a implementação das políticas de comunicação, o exercício jornalístico para esse segmento está meramente ligada à uma iniciativa do Estado junto a sociedade civil, por meio de normas e leis que fomentam o jornalismo em línguas indígenas.

O objetivo geral desta pesquisa é descrever e analisar, por meio de um estudo comparado, o tratamento destinado às línguas indígenas nas emissoras públicas de televisão de Angola e Brasil. A justificativa para a escolha do tema deve-se à sua originalidade – não foi localizado, em pesquisa exploratória, nenhum estudo com a mesma temática; e relevância, já que valorizar as línguas indígenas é um mecanismo de reconhecimento e de proteção a essas culturas. A escolha dos países deve-se ao fato de Angola ser o berço do autor e o Brasil o local no qual o pesquisador estuda e atualmente reside, além dos aspectos similares das duas nações, como o passado colonial sob o jugo de Portugal, a língua portuguesa como idioma oficial e a violência sofrida pelos povos nativos.

São objetivos específicos da monografia compreender o processo de implementação dessas línguas nas emissoras e no sistema de ensino e as políticas de comunicação que possibilitaram esse processo.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

A fim de problematizar as questões inerentes à pesquisa, este estudo utilizou-se de três técnicas: a revisão bibliográfica, em que foram definidos os conceitos de língua, linguagem e políticas de comunicação; análise documental da legislação de ambos os países; análise da grade da programação. Por fim, utilizou-se também as entrevistas- sob a perspectiva dos indicadores de qualidade propostos por Eugênio Bucci, Marco Chiaretti e Ana Maria Fiorini para a UNESCO (2012). As entrevistas com cada um dos personagens têm como objetivo abordar, de maneira mais detalhada, percepções distintas a respeito da implementação destas línguas nos veículos de comunicação, como elas dialogam no âmbito social, seu nível de aceitação na comunicação, sua importância no plano cultural e educacional, dessa forma, investigar o papel destas emissoras juntos da sociedade.

2.1. Referente ao Brasil

No que se refere ao Brasil, a TVs brasileira, de âmbito nacional; a TV Cultura de São Paulo, que, em pesquisa realizadas pelo canal britânico BBC, foi considerada como tendo a segunda melhor programação dentre as emissoras pesquisadas (POPULUS, 2013) e a TV Cultura do Amazonas, estado que possui o maior percentual de povos indígenas autodeclarada no país (IBGE, 2010). Buscamos delimitar a grade de programação, em um período correspondente há 5 anos, de 2013 a 2017, por meio de uma busca nos sites das emissoras. As palavras-chave pesquisadas que foram utilizadas são: “índio”, “índigena”, “cultura indígena” e “populações indígenas”. Para isso, escrevemos para as emissoras relatando sobre a relevância do estudo e solicitando indicação de conteúdo veiculado no período delimitado e entrevistas com as respectivas direções dos programas veiculados.

2.2. Referente Angola

No que toca Angola, fez-se um levantamento dos conteúdos veiculados referente ao mesmo período e realizada entrevistas com o membro da direção da Rádio Ngola Yeto, emissora que transmite seus conteúdos em 12 línguas nacionais angolana, para compreender sobre o processo de implementação das línguas na emissora, com o diretor das Línguas

nacionais da Televisão Pública de Angola (TPA), que divulga em sua grade um jornal em 8 línguas nacionais, para melhor entender como se deu a implementação das línguas no jornalismo angolanos e todo processo de criação do jornal; desde o processo de apuração de pauta até o momento que a matéria vai ao ar. Além dessas, fez-se também uma entrevista com a reitoria da faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto, uma forma de entender como é trata as línguas no campo do ensino nas universidades e no âmbito social. Todas essas instituições localizadas em Luanda-Angola.

A primeira entrevista foi realizada com o Marcial Pessoa da TPA, a escolha pelo¹ personagem se deu por ser um rosto já conhecido do pesquisador, uma vez que o jornalista e coordenador das línguas nacionais é um apresentador conhecido em Angola. O contato e a aproximação com o personagem se deram por meio de uma indicação da assessoria de imprensa da embaixada de Angola no Brasil, que prontamente foi atendida. A entrevista aconteceu nas instalações da emissora em Luanda, com pouco mais de uma hora e meia de duração.

No caso da segunda entrevista, foi realizada com o diretor da Rádio Ngola Yeto Domingos João Issanzo, nas instalações da emissora também em Luanda, onde tivemos esclarecimento sobre todo o processo de implementação das línguas na emissora. Diferente do Marcial, o personagem foi indicado pelo Ministério da Comunicação Social de Angola, a entrevista teve uma hora de duração. Desde o primeiro contato o personagem, mostrou-se empenhado com a pesquisa e muito favorável com todas as questões. A escolha pelo personagem se deu devido ao cargo de destaque que desempenha na emissora que é alvo da nossa pesquisa.

A terceira e última entrevista realizada foi com o professor e coordenador das línguas nacionais na Universidade Agostinho Neto, Jorge Capitangom. Neste caso, a recomendação do personagem foi feita pela direção da Rádio Ngola Yeto, uma vez que o professor tem participados de vários programas na emissora. Depois do nosso contato, Capitango logo se

¹As entrevistas transcritas poderão ser disponibilizadas, caso queira saber mais das histórias das emissoras e do ensino em línguas nacionais na universidade Agostinho Neto ou a respeito das pessoas escolhidas para a pesquisa. Para ter acesso, envie um e-mail para: lufelgueira@gmail.com.

colocou a disposição para a pesquisa nos forneceu alguns dos seus trabalhos orientados; dicionários, além da própria entrevista que fica documentada neste trabalho.

A pesquisa exploratória, no caso desta monografia, é interessante de ser utilizada a partir do momento em que existe pouco conhecimento sobre a área a ser analisada. É através de um estudo nesse âmbito que se faz possível compreender um fenômeno que foi pouco estudado, sendo que a ideia é justamente dar abertura para questões que vão se formando conforme o andamento da pesquisa. Além disso, tudo o que é coletado, encontrado, verificado e analisado é importante para um trabalho exploratório (RAUPP & BEUREN 2006, p. 80).

A partir desta questão, optou-se por aplicar o método de pesquisa exploratória, que possibilitou uma primeira aproximação por meio da coleta e análise de dados de caráter qualitativo. Como afirma Malhotra (1993),

a pesquisa com dados qualitativos é a principal metodologia utilizada nos estudos exploratórios e consiste em um método de coleta de dados não-estruturado, baseado em pequenas amostras e cuja finalidade é promover uma compreensão inicial do conjunto do problema de pesquisa (MALHOTRA, 1993, p. 153)

Pesquisas como essas também consistem em uma investigação primária dos conceitos que se desenvolvem sobre o tema escolhido (RAUPP & BEUREN, 2006, p. 80). No caso deste trabalho, foi feita uma consulta nos escritos que tratavam do mesmo assunto, utilizando-se de palavras-chave, em prol de encontrar sinônimos sobre as populações indígenas.

No que se refere as entrevistas na íntegra foram necessárias para o estudo exploratório justamente para entender se as emissoras dispõem na sua grade de programação programas que representam a cultura indígena, e como se deu todo processo de criação do programas, se apresentação é feita por um indígena ou um não-indígena, sobre a implementação destas línguas no jornalismo e como se dá todo processo criação de pauta até seu fechamento. (VASCONCELOS et al., 2012, p. 3).

Na realização das entrevistas, utilizou-se um roteiro primário elaborado pelo pesquisador, contendo mais 30 questões, isto é, gerais para cada entrevistado. Mas, esse número poderia aumentar conforme o andamento das entrevistas. Também se usou como base o seguimento a seguir, em prol de maior eficiência de contato com os personagens escolhidos para a pesquisa e coleta de informações, de acordo com os objetivos do trabalho (POUPART, 2008 apud VASCONCELOS et al., 2012, p.3):

Foi por meios dos resultados obtidos, que se realizou uma análise quali-quantitativa das

ocorrências encontradas, de acordo com os indicadores de qualidade da UNESCO. “A utilização de tais indicadores, pois acreditamos que a representação não passa apenas pela quantidade de aparições de pessoas de determinada etnia na grade de programação de uma TV. Como defendeu o Coletivo Brasil de Comunicação Social – Intervezes –, no documento “Contribuição ao II Fórum Nacional de TVs públicas” (2009), “não se trata apenas de abrir espaços, mas de estimular e fortalecer processos em que a sociedade se reconheça naquela emissora” (INTERVOZES, 2009: p. 14). Nesse sentido, não basta retratar as populações indígenas, tampouco relegar suas culturas, modos de vida, 14 religiões e idiomas à categoria de curiosidades no horário nobre.

De acordo com Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012), a diversidade cultural não está numa orientação paternalista dos conteúdos, mas na presença de uma real polifonia, que reflita a riqueza da vida social. Atenção especial, aqui, deve ser dada às culturas e às manifestações culturais fragilizadas.

A delimitação da participação indígena, considerando como “fonte” conteúdos que tinham as populações indígenas como temática – direta ou indireta. Como afirma Barros (2014, p.15), “Produtor” foram conteúdos produzidos em parceria ou integralmente por indígenas. A definição de “público-alvo” foi mais complexa, uma vez que um conteúdo aparentemente destinado a etnias originárias pode ter um tratamento ou abordagem que prioriza como público a população não-indígena.

Assim, conteúdos cujo público-alvo primário é a população não-indígena, mesmo que possam atingir de forma secundária ou terciária a população indígena, não foram considerados. Consideramos pertencentes à categoria “público-alvo” apenas aqueles conteúdos que tivessem indígenas e não-indígenas em par de igualdade no direcionamento da mensagem, ou indígenas como público primário. Para ajudar nessa delimitação, consideramos algumas questões: quem apresenta o conteúdo, um indígena ou não-indígena? Qual a linguagem utilizada? A língua falada? O foco está na burocracia ou nos interesses de pessoas indígenas? Apresenta olhar não-indígena sobre as culturas”.

De acordo com Bucci (2012), por “inovações de linguagem” consideramos conteúdos que apresentem experimentação na linguagem e formatos que quebram os padrões impostos pela lógica mercadológica. Por fim, “padrões técnicos” dizem respeito à qualidade técnica do conteúdo (Ibidem).

3. TELEVISÃO PÚBLICA NO BRASIL

A televisão no Brasil teve sua inauguração oficial no dia 18 de setembro de 1950, em São Paulo, graças ao jornalista e empreendedor Assis Chateaubriand, que de forma inovadora acreditou nesta nova tecnologia². Surgiu assim a TV Tupi-Difusora, em uma época na qual o Brasil tinha o rádio como o seu principal veículo de comunicação popular, diferentemente de países como os Estados Unidos, em que a televisão sofreu forte influência da indústria cinematográfica.

De acordo com Mattos (1982, p.10), para melhor compreender o surgimento da televisão pública no Brasil, deve-se analisar quatro diferentes etapas de desenvolvimento histórico segundo o contexto sócio-economicocultural. Assim sendo, temos: 1) A fase elitista (1950-1964); 2) A fase populista (1964- 1975); 3) A fase do desenvolvimento tecnológico (1975-1985); 4) A fase da transição e da expansão internacional (1985-1990).

3.1. A fase elitista (1950 – 1964)

Algum tempo depois da inauguração da primeira emissora de televisão no Brasil e da América do Sul, a TV tupi-Difusora de São Paulo, o jornalista Chateaubriand, daria início a um novo empreendimento no Rio de Janeiro. Em 20 de Janeiro de 1951, o empresário inaugurou a TV Tupi/Rio, que se instalou temporariamente nas dependências da Rádio Tamoio, nas proximidades da Praça Mauá. Uma época marcada por precariedade e dificuldades com a localização de sua antena/retransmissor.

Apesar de todas as deficiências e improvisações, a televisão foi saudada pela imprensa escrita como sendo o novo e poderoso instrumento com que "conta nossa terra". Nos dois primeiros anos de sua implantação, a televisão não passou de um brinquedo de luxo das elites do país, do mesmo modo como o videocassete vem sendo considerado no momento. Isto se justifica pelo fato de, nos primeiros anos, um

² Inaugurada oficialmente no dia 18 de setembro de 1950, em estúdios precariamente instalados em São Paulo, graças ao pioneirismo do jornalista Assis Chateaubriand. A TV Tupi-Difusora surgiu numa época em que o rádio era o veículo de comunicação mais popular do País, atingindo a comunidade brasileira em quase todos os estados. Ao contrário da televisão norte-americana, que se desenvolveu apoiando-se na forte indústria cinematográfica, a brasileira teve de se submeter à influência do rádio utilizando inicialmente sua estrutura, o mesmo formato de programação, bem como seus técnicos e artistas (Mattos, p. 6).

televisor custar três vezes mais do que a mais sofisticada radiola do mercado e um pouco menos que um carro (MATTOS, 1982).

O ano de 1951 foi marcado também com o início no Brasil da fabricação de aparelhos televisivos, um marco que vai possibilitar as pessoas que dispunham de meios para adquirir esses equipamentos, a acompanhar os capítulos da primeira telenovela realizada no país, “Sua vida me pertence”, transmitida em 21 de dezembro de 1951 a 15 de fevereiro de 1952. Escrita por Walter Foster e exibida dois capítulos semanais. No quadro abaixo, é possível observar o rápido processo de popularização desse meio, a partir do número de televisores no país.

Tabela 1- Evolução de Televisões em uso no Brasil

Ano	Nº de Aparelho em uso
1950	200
1952	11.000
1954	34.000
1956	141.000
1958	344.000
1960	598.000
1962	1.056.000
1964	1.663.000
1966	2.334.000
1968	3.276.000
1970	4.584.000
1972	6.250.000
1974	8.781.000
1976	11.603.000
1978	14.818.000
1979	16.737.000
1980	18.300.000
1986	26.500.000
1989	28.000.000
1990	(*) 30.000.000

Fonte: ABINEE

Segundo Nogueira (1988, p.86), em 1952 o primeiro telejornal brasileiro foi ao ar, carregando o nome do seu patrocinador, “Repórter Esso”. Um telejornal adaptado pela Tupi/Rio de um rádio jornal de sucesso, transmitido na época pela United Press International (UPI).

Como narra Furtado, os primeiros anos da televisão no país foram marcados pelo improvisado:

É verdadeiro o fato de que as primeiras emissoras de televisão do País começaram de maneira precária e cheias de improvisações. Muitos anos foram necessários para que um esquema empresarial como o da Globo fosse implantado, facilitando o desenvolvimento da indústria televisiva como hoje a conhecemos. Vale salientar, entretanto, que a TV Excelsior, fundada em 1959 e cassada em 1970, foi considerada como a primeira emissora a ser administrada dentro dos padrões empresariais de hoje. A Excelsior foi responsável pela produção da primeira telenovela com capítulos diários e também a que produziu a telenovela mais longa da história – "Redenção" -, com um total de 596 capítulos. Investindo na contratação dos mais talentosos profissionais da época, a Excelsior foi à emissora que primeiro criou vinhetas de passagem nos intervalos comerciais (Furtado, 1988, p.62).

Ao término da década de 1950, o Brasil já dispunha de 10 emissoras de televisão. Porém foi somente na década seguinte, em 1962, que foi criado o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), por meio da Lei No. 4.117/62, estabelecendo a conceituação jurídica sobre as concessões de rádio e televisão, dentre outros aspectos. Conforme Priolli, são características do CBT:

O Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pelo Congresso Nacional em 27 de agosto de 1962, é, na verdade, um projeto de "inspiração militar, plenamente identificado com as teses de integração nacional, segurança e desenvolvimento pregados na ESG" (Priolli, 1985, p.31).

3.2. A fase populista (1964-1975)

Essa fase caracterizou-se por uma crise política no Brasil. O golpe de 1964 fez com que os meios de comunicação de massa sofressem com as mudanças políticas e sócio-econômicas do país. A economia brasileira centrou-se na industrialização e na importação de tecnologia

Os governantes pós-64 estimularam a promoção de um desenvolvimento econômico rápido, baseado num tripé formado pelas empresas estatais, empresas nacionais e corporações multinacionais. Promovendo reformas bancárias e estabelecendo leis e regulamentações específicas, o Estado, além de aumentar sua participação na economia como investidor direto de uma série de empresas públicas, passou a ter à sua disposição, além do controle legal, todas as condições para influenciar os meios de comunicação através das pressões econômicas (Mattos, 1985).

De acordo com Mattos (1985, p.14), o Estado teve uma função preponderante no desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e na sua regulação. Foi também nessa

fase que o Estado criou agências reguladoras e o Ministério das Comunicações, em 1967, cujo papel foi fundamental nas organizações do setor de telecomunicações e na regulação das instituições privadas sobre as agências reguladoras, tendo como efeito a ingerência política nos meios de comunicação e nos seus conteúdos.

Neste mesmo ano de 1967, o governo instituiu o Ato Institucional Nº. 4, através do decreto Lei Nº. 236, de 28 de fevereiro, que modificava a Lei 4.117/62 do Código Brasileiro de Telecomunicações, propondo assim novas diretrizes que passariam a estabelecer o exercício das concessões de canais de rádio e televisão a pessoas jurídicas. Esta mesma lei restringia pessoas estrangeiras a terem concessões ou dirigir instituições de radiodifusão.

O Ato determinou ainda que os montantes dos recursos financeiros dos interessados em dispor de concessões deveriam ser aprovados (MATTOS, 1985). Durante o período de 1968 e 1979, os veículos de comunicação funcionaram sob as restrições do Ato Institucional Nº. 5, que dava ao poder executivo federal o direito de censura, e estimulava a prática da autocensura, pois as empresas evitavam conteúdos que pudessem provocar o enquadramento perante a Lei de Segurança Nacional. Paralelamente a essas restrições, a televisão se firmava como negócio:

O importante a absorção dos padrões de administração, de produção de programação pela televisão nacional. As empresas de televisão do eixo Rio-São Paulo reforçaram seu papel de intermediárias entre a indústria cultural multinacional e o mercado brasileiro e, por outro lado, amealharam, através das redes, um mercado cativo para os seus produtos. Com uma estrutura administrativa e financeira mais sólida, adaptada à etapa da expansão do capitalismo brasileiro com uma concentração de capital, sem os percalços que o pioneirismo colocou no caminho da Rede Tupi, e com uma industrialização firmemente assentada no Brasil, voltada para o consumo, a Rede Globo começou a ganhar a guerra da audiência. Em relação à programação, baseou-se no sucesso de novelas radiofônicas para implantar igual linha de programação na televisão, a telenovela, junto com programas de auditório. Só que, a partir deste momento todas as ações perdiam a espontaneidade para se inserirem nos planos de marketing (Caparelli, 1982:32).

Segundo Furtado (1988, p.60), foi durante a segunda etapa de desenvolvimento que a televisão brasileira consolidou o gênero de telenovela, começou a dar um enfoque nas produções e assumiu um perfil de um veículo de audiência nacional, atraindo assim uma grande fatia do bolo publicitário. Uma fase que se utilizou dos padrões de administração norte-americanos e de seus produtos, com 50% das programações constituídas de “enlatados” estrangeiros e uma programação local popularesca. Foi nesta mesma fase que o jornalismo

passou a ocupar um espaço na televisão, beneficiado pelas mudanças tecnológicas com a mobilidade de câmeras sonoras.

3.3. A fase do Desenvolvimento Tecnológico (1975-1985)

Na fase anterior, as telenovelas foram responsáveis pela adesão das massas à TV, representando, de certa forma, uma “compensação” para a população que até a década de 1980 teve uma programação castrada e censurada.

De acordo com Mattos (1982, p.16), nesta etapa alguns fatos foram determinantes: o fracasso dos candidatos governistas de 1974, em que a população se manifestou contrariamente à permanência dos militares no poder; o fechamento do Congresso Nacional; a promulgação de reformas jurídicas e políticas, em 1977; o início do processo de distensão e abertura política. As recomendações governamentais exerceram uma influência muito forte nas redes de televisão.

Lembrada continuamente das suas responsabilidades para com a cultura e o desenvolvimento nacional, a televisão começou a nacionalizar seus programas, o que contou com o apoio do governo, que queria substituir a violência dos "enlatados" americanos por programas mais amenos. Tal apoio foi viabilizado por meio de créditos concedidos por bancos oficiais, isenções fiscais, coproduções de órgãos oficiais (TV Educativa e Embrafilme, entre outros) com emissoras comerciais, além da concentração da publicidade oficial em algumas empresas de radiodifusão. O resultado dessas iniciativas foi a expansão do próprio meio:

O crescimento da televisão brasileira nesta fase pode ser medido através do número de residências equipadas com receptores de televisão. O censo nacional de 1980 constatou que 55% de um total de 26,4 milhões de residências já estavam equipadas com aparelhos de TV. O crescimento do número de residências com aparelhos de TV entre 1960 e 1980 foi de 1.272%. Em 1989, segundo dados da ABINEE, existiam cerca de 20 milhões de televisores no País. Estes dados tornam-se ainda mais expressivos quando se sabe que 68,3% da população brasileira da época vivia em áreas urbanas, e que 73,1% de todas as residências urbanas estavam equipadas com televisores (MATTOS, 1982a, 1984 e 1985).

Ortiz e Ramos (1989:181), abordando a audiência potencial, indicaram que à época a mídia televisão absolveia 60% do total dos investimentos publicitários realizados no país, em

decorrência de sua capacidade de atingir uma boa parcela da população brasileira e da fragilidade do cinema e do teatro brasileiro.

Esta terceira etapa caracteriza-se por uma padronização dos programas televisivos no Brasil, bem como solidificação do conceito de rede de televisão no país. Em 16 de outubro de 1977, o diretor Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações-órgão executivo do Ministério das Comunicações) instituição reguladora de então, o Coronel Idalécio Nogueira, afirmou que "o governo é contra o monopólio em televisão, pois resulta em queda de qualidade e, por isso, vai incentivar ainda mais a concessão de novos canais para ampliar o número de redes nacionais de TV" (SILVA e MONTEIRO, in *Comunicação*, 1977, no. 31). Foi durante essa fase que mais de 83 concessões de canais de televisão, no governo do presidente Ernesto Geisel foram criadas 47, e tempos depois, no governo de presidente João Figueiredo mais 36 foram criadas.

Em 1980, o governo cassou a concessão de todos os canais da Rede Tupi (Diários Associados), dividindo-os, depois, entre os grupos Sílvio Santos e Adolfo Bloch. Na concorrência pelo espólio da Tupi, que tinha sido embargado como forma de ressarcimento das dívidas para com a Previdência Social, fortes grupos empresariais acabaram sendo preteridos. Na oportunidade, o governo não escondeu sua preferência por empresários "mais confiáveis e amistosos". Entre os preteridos estavam Henry Maksoud, o Grupo Abril, o Grupo Jornal do Brasil (CAPARELLI, 1982:57).

A fase se caracterizou também pela suspensão da censura prévia aos noticiários e à programação da televisão. Isso conduziu ao término do tempo em que os meios de comunicação de massa operavam sob a rigidez do Ato Institucional Nº. 5.

3.4. A Fase da Transição e da Expansão Internacional (1985-1990)

Para Mattos (1985, p.19), nesta etapa importantes mudanças foram feitas no setor das comunicações, que decorreram da promulgação da nova constituição, que apresenta no Capítulo V, texto específico sobre "Comunicação Social". No Artigo 220 a nova carta reafirma que a manifestação do pensamento não sofrerá qualquer restrição e, nos parágrafos 1o e 2o, veta totalmente a censura, impedindo, inclusive, a existência de qualquer dispositivo legal que "possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística, em qualquer veículo de comunicação social". No Parágrafo 5o deste mesmo artigo está a proibição de formação de

monopólio/oligopólio nos meios de comunicação social.

Esta mesma carta fixou normas para a produção das emissoras de rádio e televisão. De acordo com o artigo 221, as emissoras públicas devem responder às seguintes diretrizes: promover programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, procurando estimular a produção independente, visando à promoção da cultura nacional e regional.

Mas, enquanto a nova Constituição era defendida por grupos políticos de diferentes matizes, no período de 1985 a 1988 foram outorgadas exatamente 90 concessões de canais de televisão, assim distribuídas: 22 em 1985; 14 em 1986; 12 em 1987; 47 em 1988. Vários políticos foram beneficiados com essas concessões, reforçando o elo entre os meios de comunicação e os políticos profissionais.

A definição de televisão pública no Brasil até aos tempos atuais ainda é algo a se consolidar tanto nas³ emissoras quanto entre os gestores públicos. O significado mais recorrente é o que identifica esta modalidade como a que mantém uma autonomia mínima de mercado e governo. Um exemplo claro é a Carta de Brasília, documento Final do 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado entre 8 e 11 de maio 2007 em Brasília: “A TV Pública deve ser independente e autônoma em relação a governo e ao mercado, devendo seu financiamento ter origem em fontes múltiplas, com a participação significativa de orçamento público e de fundos não-contingenciáveis”.

Desde a realização do Fórum, foi adotado no Brasil o termo “Campo Público” para designar as emissoras não-comerciais em operação no país, principalmente as que estão ligadas à Associação Brasileira de Rádio e TVs Legislativas (ASTRAL), à Associação Brasileira de TV Universitárias (ABTU) e à Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM).

Este leque de opções mostra exatamente como não há uma clareza sobre quais emissoras podem ser chamadas de públicas. Em vez de uma identidade em torno desse conceito, o traço unificador das televisões vinculadas ao Campo Público é a ausência de finalidade comercial.

³ Disponível em: Carta de Brasília, 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado entre 8 e 11 de maio 2007.

3.5. Crise na audiência da Televisão Pública

Com o crescimento e consolidação das emissoras privadas no Brasil entre as décadas 1980 e 1990, deixava pouco espaço para as televisões públicas. Segundo Richeri (1994), há uma crise financeira e de legitimidade com as emissoras públicas. Bustamante (1994, p.59), categorizou a crise na televisão pública, em três fases: a) – Econômico-financeira; b) - Política; c) - Sociocultural.

A crise econômico-financeira caracterizou-se por uma falta de recursos permanentes, por questões políticas, ou ainda por uma falta de pagamento dos cidadãos. O que representou uma redução das receitas, enquanto isso os gastos com produções e outras atividades das TVs cresceram devido ao aumento significativos de outras emissoras e da qualidade média dos programas. Além disso, as altas taxas de juros e a crise da dívida foram também responsáveis para a crise nas Televisões públicas do país.

A segunda etapa desta categoria é a crise política que nasce no momento em que os estados tiraram das televisões públicas os meios necessários de concorrência para com as emissoras privadas. “Mas os governos e parlamentares reagem assim como resultado da ruptura do consenso em torno das televisões públicas, por vezes, face ao questionamento do seu controle ou censura sobre ela” (BUSTAMANTE, 1999, p.62).

Esta deslegitimação política tem como base a quebra de audiências das televisões públicas que, em média, passam em menos de dez anos de controle da imensa maioria dos cidadãos a percentagens da ordem dos 40% a 50% dos respectivos públicos nacionais” (BUSTAMANTE, 1999, P.62).

A terceira e última fase desta categoria de etapas da crise da televisão pública é a de ordem sociocultural, consequência das transformações sociais e cultural. “As audiências homogêneas disponíveis para uma oferta uniforme e fragmentaram-se em grupos múltiplos com gostos diversos” (BUSTAMANTE, 1999, P.62).

Com o crescimento do número de aparelhos de televisão nos lares brasileiros e a popularização do vídeo-cassete, houve igualmente uma fragmentação da audiência. As emissoras privadas, sustentadas em uma concepção comercial, irão seduzir cada vez mais o público, ofertando uma programação voltada para o entretenimento. A queda da audiência nas emissoras públicas acarretou uma diminuição das receitas orçamentárias para elas.

3.6. Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

Com sua criação em 2007, a partir da Medida Provisória nº 398/07, depois convertida na Lei⁴ 11.652/08, A Empresa Brasileira de Comunicação passou a gerir as emissoras de rádio e televisão federais, com a missão de formar um “sistema público de comunicação” que complementasse o “sistema privado”, conforme preconizado na Constituição de 1988. Com a incorporação das emissoras do sistema Radiobrás, a EBC passou a operar: a TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Rádio agência Nacional e o sistema público de Rádio, composto por oito emissoras: Rádio Nacional AM do Rio de Janeiro (1.130 KHz), Rádio Nacional AM de Brasília (980 KHz), Nacional FM de Brasília (96,1 MHz), Rádio MEC AM do Rio de Janeiro (800 KHz), MEC FM do Rio de Janeiro (99,3 MHz), Rádio Nacional da Amazônia OC (11.780 KHz e 6.180 KHz), Rádio Nacional AM do Alto Solimões (670 KHz) e Rádio Nacional FM do Alto Solimões (96.1 MHz).

Com o comprometimento de fortalecer a independência editorial, os veículos públicos distinguem-se dos canais estatais ou governamentais. A rede de emissoras produz conteúdos diferenciados que a singulariza por espelhar de maneira merecedora a complexidade cultural brasileira, ocupando um espaço complementar, não preenchido pelos canais privados.

Essa mesma Lei 11.652/08 estabelece ainda que as emissoras públicas federais devem orientar os canais federais e firmar suas políticas nos pilares dos princípios da Constituição Federal: construção da cidadania, fortalecimento da democracia e participação da sociedade. A constituição de um sistema de comunicação com diretrizes voltadas à participação da sociedade civil e à inclusão social, entre outros objetivos.

⁴ Disponível em: EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. Brasília, Ata da 26ª reunião ordinária do Conselho Curador da

Empresa Brasil de Comunicação S.A – EBC, realizada em 22 de março de 2011. Disponível em: <http://conselhocurador.ebc.com.br/sites/_conselhocurador/files/Ata%2026%C2%AA%20Reuni%C3%A3o%20CC.pdf>.

O quadro abaixo traz um retrato das TVs públicas, por unidade da federação, em 2018:

Tabela 2- Tvs Públicas

CIDADE	TVS
Acre	TV Aldeia - 02 (Rio Branco)
Amazonas	TV Cultura do Amazonas
Alagoas	TVE Alagoas
Bahia	TVE Bahia, TV UESB, TV Serrado
Ceará	TV Ceará, TV O Povo, TV Sinal.
Espírito Santo	TVE Espírito Santo, TV Guarapari
Goiás	TV Brasil Central, TV UFG, TV Caldas, TV Educativa, TV Morrinhos, TV Rio Verde, TV Rios.
Maranhão	TV Brasil Maranhão, TV UFMA
Mato Grosso	TV Universitária, TV Estrela
Mato Grosso do Sul	TVE MS
Minas Gerais	Rede Minas, TV Betim, TV Norte, TV Juiz, TV Viçosa.
Pará	Rede Cultura do Pará
Paraíba	TV Miramar, TV UFPB, TV Itararé.
Paraná	E-Paraná, TV Beltrão, TVE Ponta Grossa, TV Educativa.
Pernambuco	TV Universitária, TV Nova Nordeste, TV

	Golfinho, TV Pernambuco.
Piauí	TV Antares, TV Delta, TV Picos.
Rio de Janeiro	TV Brasil Rio de Janeiro, TV Universo, Bem + TV, TV Volta Redonda.
Rio Grande do Sul	TVE RS, TV Cultura do Vale
Rio Grande do Norte	TV Universitária Rio Grande do Norte
Roraima	TV Universitária (Boa Vista)
Santa Catarina	TV UFSC, TV Panorama, TV Bela Aliança, TV Unisul TV Brasil Esperança.
São Paulo	TV Cultura, TV Brasil São Paulo, TVE São Carlos, TV Unisantos.
Sergipe	TV Aperipê
Tocantins	TV Palmas
Distrito Federal	TV Senado, TV Câmara.

Fonte: Portal Brasília (2012)

4. A TELEVISÃO PÚBLICA EM ANGOLA

De acordo com Hohlfeldt (2009), as antigas colônias portuguesas na África receberam uma introdução tardia dos veículos de comunicação. O motivo foi o tratamento desigual que Portugal tinha com suas colônias, o que provocaria um atraso na instalação da imprensa.

As regras básicas estabelecidas para as colônias não são diferentes uma da outras. Isso tem um ponto positivo: a unidade da colonização portuguesa sob a perspectiva de uma só estratégia e política: mas tem um ponto negativo, motivo para os sucessivos debates que ao longo dos séculos vão se desenrolar nas próprias colônias e, às vezes, em Lisboa, junto às Côrtes ou junto à Câmara dos Deputados: Portugal trata igualmente aos desiguais, não distinguindo política de desenvolvimento

diferenciado para as suas colônias, o que lhes vai provocar consideráveis atrasos (HOHLFELDT, 2009, p. 139-140).

Um atraso que pode ser percebido quando se olha as datas que a imprensa foi instalada em cada colônia portuguesa. A primeira máquina de impressão chegou ao país angolano em 1842; o Brasil conheceu a imprensa em 1808, enquanto que Moçambique teve contato com imprensa em 1854.

Segundo Hohlfeldt (2008), Angola conheceu definitivamente a imprensa em 1845, por intermédio do Governador Geral Pedro Alexandrino da Cunha, que comprou o prelo. Deste modo, o solo angolano viria a conhecer sua primeira publicação em 13 de setembro de 1845 com o “Boletim Oficial”.

Hohlfeldt (2008), reforça ainda que esses boletins tinham como finalidade divulgar as notícias da corte, e manifestações literárias de portugueses e angolanos. Algum tempo depois da primeira publicação, outro boletim viria a ser publicado: “Almanak Statisco”, publicado em 1852. Os boletins eram impressos e sem quaisquer periodicidades. Para Guide (2007), esses boletins não podem ser caracterizados como jornais.

A expansão das atividades literária do País deu os seus primeiros passos com a chegada do prelo. Logo foi possível encontrar as primeiras obras que inauguravam a literatura local. Em 1870 já é possível observar o surto da imprensa livre em Angola (vindas de Portugal) foram cruciais para a produção dos primeiros jornais com recursos próprios (LARANJEIRA, 1992).

Mas isso ocorre concomitantemente com um desenvolvimento precário e um protagonismo tímido da imprensa e dos veículos de jornalismo impresso. Guide (2007), afirma que: Angola viria a conhecer sua primeira emissora radiofônica no ano de 1936, com o nome de CR 6-AA instalada na cidade de Benguela, o veículo funcionava em onda curta e disponha de uma potência máxima de 50 watts.

Tempo depois a CR 6-AA seria renomeada para “Radiodifusão do Lobito”. O aparecimento da rádio em Angola teve características semelhantes às que apareceram no Brasil, com um padrão europeu. Nessa perspectiva, em 5 de fevereiro de 1938, aparece a “Rádio Clube de Angola”. Com o passar do tempo essas emissoras foram se expandindo pelo país afora: Cidades como Benguela, Huíla, Huambo. Tiveram suas rádios clubes fundadas.

Segundo Guide (2007), no que toca à chegada da televisão em Angola, a primeira emissora surge no país em 1962, período em que foram feitas as primeiras transmissões. A

televisão teve sua primeira transmissão na cidade do Huambo e, algum tempo depois, expandida para Benguela, e em seguida Luanda hoje capital de Angola. Estas tentativas pioneiras de transmissões televisivas não agradaram o governo colonial, que só cedeu diante da necessidade de intensificar o controle das colônias.

Assim, a RPA/TPA- “Radiotelevisão Portuguesa de Angola”, foi fundada em 1974, fruto de uma comissão formada pelo Ministério Ultramar, órgão oficial criado em 1969. Um ano depois a RPA/TPA começou a realizar transmissões televisivas regulares e teve o seu nome modificado para “Radiotelevisão Popular de Angola”. Em 1976, a emissora foi nacionalizada e, novamente renomeada como “Televisão Popular de Angola” (GUIDE, 2007).

5. TELEVISÃO PÚBLICA DE ANGOLA (TPA)

Angola está localizado na costa ocidental do continente africano, oficialmente denominado República de Angola em 4 de abril de 2002. Para Guide (2017, p. 24), o país tem suas fronteiras com o Congo Democrático, a República Democrática do Congo, a Zâmbia, a Namíbia e o Oceano Atlântico. Com uma extensão territorial de 1.246.700, Angola está dividida por 18 províncias, conta com uma população de 28 milhões de habitantes. O país enfrentou um regime escravocrata portugueses por 500 anos. Foi a última colônia portuguesa a conquistar sua independência, no dia 11 de novembro de 1975, depois de 14 anos de luta armada contra as forças coloniais.

Segundo relato histórico encontrado no site da emissora⁵, foi em 18 de outubro de 1975, um mês antes da proclamação da independência que a TPA começou a fazer transmissões regulares no país, que eram captados por equipamentos receptores em Luanda. A única emissora pública do país foi nacionalizada em 1976, pelos movimentos de libertação nacional após o longo período de regime colonial.

Guide (2007), citando United States Liberty of Congress Country (1989), afirma que a Televisão Pública de Angola (TPA) estruturou-se a partir de aspirações revolucionárias e,

⁵ Disponível em: <http://tpa.sapo.ao/tpa/sobre-a-tpa>

assim, ampliou sua presença no país. Em 1981, foi criado o primeiro centro de produção na cidade de Huambo. Com um alcance restrito, estima-se que em Angola havia 40.500 televisões em 1988.

Ainda sob relatos encontrado na página da emissora. Foi na redemocratização, após o acordo de Bicesse (1991), que a TPA se transformou em uma empresa pública, por meio do Decreto nº 66/97 de 5 de setembro de 1997, pela substituição da palavra “Popular” por “Pública”.

5.1. Emissoras em Angola

Ainda segundo relato no site da emissora⁶, a TPA, hoje, é o principal veículo de informação do país, estando presente na maioria dos lares de Angola com três canais. São eles: TPA 1, generalista e principal estação, TPA 2, com enfoque para o entretenimento e juventude, e a TPA Internacional, para atender a diáspora angolana e não só, promovendo desta maneira a imagem de Angola no exterior.

5.2. Audiência

De acordo com GUIDE (2007), em Angola não há um órgão de medição de audiência para rádios e TV, igual ao Ibope no Brasil. Os níveis de audiência são estimados, o que muitas vezes pode resultar em números diferentes dependendo de onde vêm esses números e do órgão que mede. A Televisão Pública de Angola (TPA) tem uma estimativa de audiência de pouco mais de 3 milhões de telespectadores em todo o país, metade deste público de quase 50% estão localizados em Luanda capital do país. Um número representado majoritariamente por 70% de mulheres.

Chegou-se a essa conclusão, quando a TPA informava que no país havia mais de 400 mil aparelhos de TV em meados de 2006. Com uma audiência estimada na casa dos sete a oito pessoas por televisor. O *site* (www.tpai.tv) da emissora não informa qualquer fonte para esses números.

⁶ Disponível em: <http://tpa.sapo.ao/tpa/sobre-a-tpa>

Em Angola, a penetração do rádio e da TV é relativamente baixa, quando comparada com outros países africanos. De acordo com uma pesquisa nacional realizada em 1996, 33% das residências tinham um aparelho de rádio (51% em área urbana e 22% em zonas rurais). Outra pesquisa do INE – Instituto Nacional de Estatística – de 1999, indicava que apenas 9% das casas tinham um aparelho de TV e todos em área urbana (GUIDE, 2007).

Ainda conforme Guide (2007), citando a pesquisa das Nações Unidas, em 1999 existia 123 aparelhos de TV para cada 100 habitantes na África do Sul, enquanto em Angola não passava de 19 por 1000. Na mesma época, na Nigéria havia 55 televisores por 1000 habitantes. No Zimbabwe, 29 por 1000. Porém, a audiência por rádio e TV em Angola, mesmo não medida, seria maior do que os números mostram, devido ao acesso que os telespectadores têm ao aparelho do vizinho.

Guide (2007), afirma ainda que os números são confirmados por outra pesquisa desenvolvida pelo Banco Mundial sobre infra-estrutura e acesso à tecnologia da informação e da comunicação. A pesquisa mostra ainda que o número de linhas telefônicas fixas passou de cinco por 1000 em 1995 para seis por 1000 em 2001, na média nacional. Nas maiores cidades, porém, essas cifras eram de 19/1000 e 21/1000. Em 1995, não tinha celulares no país. Em 2006, já havia seis aparelhos por 1000 angolanos.

Ainda sobre a pesquisa, no que se refere a computadores e acesso à internet no país, Guide (2007), cita que em 1995 não foram encontrados equipamentos do gênero. Entretanto, em 2001 já continha 1,3/1000 habitantes, sendo que 60 mil pessoas eram usuárias da rede mundial.

Em 1995, existiam em Angola 33 aparelhos de rádio por 1000 habitantes. Esse número cresceu para 74/1000 em 2001 (ONU, 2005). Para efeito de comparação, na África Subsaariana, em 2001, havia uma média era de 60 aparelhos de TV por 1000 habitantes, quase o dobro da que observamos em Angola no mesmo período.

O estudo mais recente de que se tem notícia sobre audiência nos meios de comunicação em Angola (rádio, TV, jornal e internet) foi realizado de 3 a 16 de abril de 2002, com 600 entrevistados maiores de 15 anos. Os resultados estão no *livro Audiência de Média em Luanda*, do sociólogo angolano Paulo de Carvalho. A obra é dividida em sete capítulos e, de acordo com o autor, a intenção é entender o perfil do consumo e das audiências dos vínculos de comunicação na capital Luanda, servindo de instrumento para as decisões de gestores, jornalistas e outros profissionais dos

meios de comunicação. Também procura avaliar a decisão dos públicos a determinados programas e mensagens e aprender o grau de serviço público prestado pelos profissionais e órgãos de comunicação (GUIDE, 2007).

6. INDICADORES DE TELEVISÃO PÚBLICA

Para Bucci (2012, p.21), não se pode fazer qualquer consideração sem antes entender que, em ordem democrática, toda emissora estatal é pública, bem como a gestão. Ao mesmo tempo, que nem toda emissora pública é estatal. As exigências preliminares de que toda e qualquer emissora estatal é obrigatoriamente pública. Observa-se no que toca ao regime político, que nem toda emissora pertencente ao Estado se coloca a serviço do interesse público, assim como outros órgãos vinculados direta ou indiretamente.

A administração pública pauta-se com os princípios universais: o da moralidade, da legalidade, e da impessoalidade. As emissoras estatais não são – e nem devem ser sinônimo – de propaganda partidária, que se empenha na defesa dos interesses eleitorais do governo. Em um estado de direito, uma emissora que se propõe a seguir esses parâmetros e age contra os princípios democráticos em vigência na sociedade livre. Em resumo:

Emissoras estatais devem ser públicas, devem cumprir uma finalidade pública, não são partidárias e são pautadas pela impessoalidade. Desta forma, podemos iniciar este breve esforço para delimitar os contornos da definição de uma emissora estatal”. A definição de emissora estatal terá, neste trabalho, a função de distinguir metodologicamente as emissoras pertencentes ao Estado ou a ele vinculadas – que no entanto são públicas, no exato sentido em que os entes da administração pública na democracia são públicos – daquelas que são públicas mas não guardam vínculos administrativos diretos ou indiretos com o Estado (BUCCI, 2012, p. 20).

Ainda conforme Bucci (2012), para a definição de emissora estatal é preciso responder a três requisitos: propriedade e natureza jurídica, o que vincula a emissora direta ou indiretamente ao Estado; os termos da legislação que rege a administração pública do país; gestão cotidiana que está sob as diretrizes das autoridades de um dos três poderes da República; a programação das emissoras sofre limites decorrentes dos dois requisitos anteriores, estando, nesse sentido, mais a serviço das necessidades de divulgação decorrentes da lógica interna do Estado do que a serviço de refletir livremente sobre o debate e a diversidade cultural que resulta das dinâmicas não-estatais típicas da vida social.

Tabela 3- Indicadores de Televisão Pública

<i>Quanto à propriedade e natureza jurídica</i>	<p>Uma emissora estatal é uma empresa que pertence ao Estado, por ter sua natureza jurídica apoiada em uma instituição pública (estatal), tendo à administração pública indireta, a exemplo disse no Brasil: a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), proprietária da TV Brasil, Por integrar a administração pública direta, outros casos que se comparam a esse no Brasil, como o da TV Justiça, órgão integrante do Supremo Tribunal Federal, ou da TV Câmara, que integra a Câmara dos Deputados.</p>
<i>Quanto à forma de gestão</i>	<p>Emissoras estatais têm em seus quadros executivos dirigentes que foram nomeados por órgãos de algum dos três poderes da república, a gestão não independe do aparelho de Estado ou do poder estatal.</p>
<i>Quanto à programação</i>	<p>Todas as emissoras estatais estão sob subordinação dos limites que, em última instância dependem da aceitação ou aprovação das autoridades estatais. Ainda que o conteúdo tenha algum nível de diversidade, e pluralidade ou algum tipo crítico. Os parâmetros são limitados por autoridades externas ou que estão de fora, das emissoras. Uma vez que elas não pertencem ao quadro funcional da emissora, mas à uma instância estatal que exerce o controle, de fora para dentro, sobre a emissora.</p>
<i>Emissora governamental</i>	<p>Uma emissora estatal específica: seu vínculo administrativo se dá com o Poder Executivo e esse vínculo implica subordinação, expressa ou velada.</p>

<i>Emissora legislativa</i>	A emissora estatal que se vincula, diretamente, a uma casa do Poder Legislativo (Federal, estadual ou municipal).
<i>Emissora judiciária:</i>	A emissora estatal vinculada ao Poder Judiciário.

Fonte: UNESCO BRASIL 2012.

7. INDICADORES DE QUALIDADE DE TELEVISÃO PÚBLICA

De acordo com Bucci et al (2012), a definição de emissora pública corresponde no atendimento de alguns requisitos, dentre eles: a propriedade e sua natureza jurídica, não à vinculam direta ou indiretamente ao Estado, nos termos da legislação que rege a administração pública, mas também não são caracterizadas como empresas comerciais, são emissoras que não têm finalidade de lucro, tão pouco são financiadas pelos mercados anunciantes.

Estas emissoras não veiculam comerciais e nos mercados onde as emissoras privadas atuam as emissoras públicas não competem. Em segundo lugar, os financiamentos das emissoras públicas são de natureza pública, elas vivem de recursos vindos do Estado ou da própria sociedade.

Os recursos oriundos da sociedade para o financiamento das emissoras públicas têm como resultado uma taxa compulsória (*license fee*), ou as chamadas doações voluntárias. O importante neste conceito é que esses montantes financeiros estejam previstos em lei e que sejam protegidos pela constituição, de tal maneira que não possam ser desviados por autoridades públicas, para uma finalidade totalmente adversa a que foram destinados.

A lei também deve deixar expressa que as emissoras públicas não devem ter vínculo com qualquer autoridade externa ao seu próprio corpo funcional:

O que contraria sua natureza de emissora pública não é a existência dos conselhos, nem a existência de representantes da sociedade nos conselhos, mas a subordinação, legal ou informal, tácita, a uma autoridade do Poder Executivo, do governo ou de outro poder estatal (BUCCI, 2012).

Bucci (2012) ressalta ainda que, emissoras públicas não podem prestar qualquer contrapartida política ao recebimento de recursos dos poderes públicos. A gestão das emissoras públicas no seu cotidiano não está condicionada ou subordinada às autoridades de um dos três poderes da República. A grade de programação não sofre limites vindos das autoridades externas.

7.1. Quanto à propriedade ou natureza jurídica

As emissoras públicas se constituem por uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), figura que aparece no direito brasileiro, ou uma fundação de direito privado, desde que preveja mecanismos de verificação e fiscalização de sua administração pelo poder público e pelos cidadãos. O poder público pode fiscalizá-la, por dever, mas não pode administrá-la.

7.2. Quanto à forma de gestão

Todas as emissoras públicas têm um órgão máximo de poder que está vinculado a um conselho independente que o representa perante a sociedade. A nomeação destas entidades é originária do órgão do Estado, os conselheiros não devem obediência ou lealdade ao governante. Segundo os critérios, o conselho deve ser plural principalmente com relação à questão partidária, mas não deve restringir-se à mera captação entre os partidos, o que pode torná-la uma grosseira extensão da lógica parlamentar e pode distinguir-se pela presença de pessoas com uma certa notoriedade no saber, autonomia intelectual, e por uma conduta ética. O conselho também se responsabiliza pela escolha dos responsáveis e designação do executivo chefe, que é encarregado de assegurar toda autonomia administrativa, na contratação do corpo diretivo e sua subordinação.

Quanto mais alto o grau de transparência, mais preparada está a instituição para prestar serviço público de qualidade. É só num ambiente de transparência que a sociedade tem condições reais de participar e principalmente de fiscalizar a gestão. Aqui, a transparência é entendida como a livre divulgação de informações sobre a

administração da entidade, de tal forma que os dados sejam compreensíveis, acessíveis, traduzidos para a linguagem comum. Não basta que se publique o balanço anual, por exemplo; é necessário que o balanço seja explicado. A publicidade de todos os dados relevantes permite ao público realmente conhecer a emissora e saber, em detalhe, como estão sendo utilizados os recursos, que são públicos (BUCCI, 2012).

7.3. Quanto à sua programação

Para conceituação neste ponto existem alguns importantes parâmetros delineados: que a programação seja pautada por valores, metas e princípios que dão prioridade à diversidade de vozes, à experimentação de linguagem, à informação crítica e independente, à preocupação com a formação de cidadãos autônomos, sem ter finalidade comercial, partidária, governamental ou religiosa. Todos esses parâmetros, e tantos outros caracterizam a programação de uma emissora pública.

No âmbito do presente trabalho, a diversidade cultural é entendida como a necessidade de existência, dentro da emissora pública, de uma política e uma prática de respeito à diversidade e suas formas. Esta diversidade é garantida por políticas e práticas internas de respeito à diversidade, tanto nas relações internas, de trabalho, como na programação que vai ao ar. É fundamental que, na programação, esse tópico – diversidade cultural – não se confunda com uma estética meramente pedagógica, destinada a massificar boas maneiras ou a promover a educação cívica. Esse não é o papel das emissoras públicas. Diversidade cultural tampouco significa a adesão acrítica à cartilha do politicamente correto. A nosso ver, ela não se resolve na base das cotas. Ao contrário, a diversidade cultural se afirma quando há diversidade de vozes, de ângulos e de pontos de vista na programação, que reflita a vida social. Transformar a grade de programação numa federação de cotas não resolve isso. Por exemplo: dividir o domingo em horários proporcionais ao número de fiéis que cada religião arregimenta na cidade em que está sediada a emissora pública e depois entregar a cada uma a fatia que lhe cabe para ela fazer seu proselitismo livremente não é uma forma de refletir a diversidade cultural. A emissora pública deve, em lugar disso, buscar estabelecer as pontes de diálogo entre as diversas formas de fé em horários comuns, buscando o esclarecimento, a comparação, a formação crítica e autônoma do cidadão. A diversidade cultural não está numa orientação paternalista dos conteúdos, mas na presença de uma real polifonia, que reflita a riqueza da vida social. Atenção especial, aqui, deve ser dada às culturas e às manifestações culturais fragilizadas (BUCCI, 2012).

7.4. A emissora comunitária

É uma emissora considerada subespécie das emissoras públicas, que se diferencia por conta do seu alcance geograficamente delimitado em áreas menores, ou certo perfil comercial. Elas não podem ser controladas por órgãos estatais. As emissoras comunitárias têm várias variações em sua composição e vocação, elas são múltiplas da mesma forma que as

comunidades humanas têm sua multiplicidade.

No âmbito do presente trabalho, os indicadores relacionados com a cobertura geográfica e a oferta de plataformas ajudam a avaliar se a emissora realmente atinge seus objetivos do ponto de vista da abrangência espacial. Nesse quesito, o fundamental é que a emissora devolva a cada comunidade da qual receba recursos um serviço útil para essa comunidade, que deve se sentir representada na programação. Assim, uma emissora municipal deve ser avaliada por sua capacidade de representar a totalidade das áreas humanas do município; uma emissora estadual deve ser capaz de refletir a diversidade do Estado; e, finalmente, uma emissora nacional ou binacional deve prestar serviços a todas as populações que a sustentam. A cobertura geográfica pode ser mais ampla que a região que sustenta a emissora, desde que isso corresponda aos interesses públicos legítimos daquela região, mas sua qualidade deve antes ser aferida pelo retorno que essa emissora oferece aos cidadãos que pagam por ela (BUCCI, 2012)⁷.

⁷Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pol%C3%ADticas-valorizam-cultura-ind%C3%ADgena>.

8. LÍNGUA E LINGUAGEM

Sempre que se estuda língua e linguagem, tende a fazer-se uma confusão entre o significado de ambas conforme a sua definição léxica. Para melhor entender essa diferença entre língua e linguagem é útil defini-las. Para Houaiss (2009, p. 464), língua é um conjunto de palavras e regras que tendem a combinar, e são usadas por uma comunidade linguística como principal meio de comunicação e de expressão, falado ou escrito.

Deste modo, podemos dizer que a língua não é linguagem. No Brasil, a língua é uma matéria que comporta uma série de regras e normas fixas, estudada em matéria de Gramática. Assim como no Brasil, Portugal, Angola e tantas outras colônias portuguesas reconhecem essas regras e normas como “Português”, em outros como “Comunicação e Expressão”.

Ainda segundo Houaiss (2009, p. 464), a linguagem é o conjunto de palavras e de métodos que podem ser combinados, usados e compreendidos por uma comunidade. A linguagem serve como meio sistemático de expressão de ideias ou sentimentos, com o uso de marcas, sinais ou gestos convencionados.

Houaiss (2009 p. 464), afirma ainda que “a linguagem é um fenômeno humano e, por conseguinte, está intrinsecamente relacionada com práticas sociais. Consequentemente, quando perguntamos pelo significado, é fundamental considerarmos o que as pessoas estão fazendo quando usam a linguagem”.

8.1. Como surgiu, qual sua verdadeira origem?

Segundo Eugen Rosenstock-Huessey, em seus escritos sobre a origem da linguagem, esta tem um duplo sentido: é a forma como o homem comunica, mas também um fator essencial à sua espécie e não à outra, através de certas manifestações realizadas por meio de sinais, sendo eles gestos fisionômicos. Exemplos disso são as fogueiras significantes, o telégrafo de Morse, e os atuais semáforos para governar o trânsito nas cidades maiores e metrópoles. A dupla comunicação dos surdos-mudos, através de gestos que significam letras ou dos gestos simbólicos por eles criados e que permitem uma conversa quase tão rápida quanto a nossa (ROSENSTOCK-HUESSEY, 2002, p. 37).

Aperfeiçoar-se pelo esforço de toda linguagem assim inventada e graças à

tradição, que transmite os resultados bem-sucedidos; mas ao mesmo tempo, ela se modifica, como tudo que vive; e quando as raças e grupos sociais da humanidade se dividiram e diversificaram, também ela se cindiu em línguas diferentes. Aqui se verifica que a linguagem se comporta como um fato social (RIBOT, p. 81 apud MELO, 2009).

8.2. Origem da Língua

Para Eugen Rosenstock–Huessey (2002), a origem da língua está relacionada à linguagem, a língua é uma atividade que se expressa por meio de palavras, utilizadas por determinados grupos de indivíduos que corresponde a uma comunidade. Cada grupo ou comunidade possui sua língua, ou seu mecanismo de comunicação, como o inglês, português, francês, e tantas outras línguas. Por meio destas línguas, que compõem seus diferentes signos linguísticos, que cada comunidade ou grupo se comunica.

Apesar de todas as diversidades, todas as línguas humanas têm um fundo comum, constituído por certo número de raízes semelhantes. Mas, sobretudo o que por toda parte é idêntico é o próprio pensamento, são as operações intelectuais significadas e sintetizadas em sistemas de verdades científicas: em todos os lugares e sempre, sem grande dificuldade, os homens de todas as raças chegam a compreender-se e a comunicar, uns aos outros, seu patrimônio intelectual, estabelecendo uma equivalência entre suas línguas. A única hipótese explicativa deste fato é a unidade específica da humanidade, estando ligada a diversidade das línguas às diferenças individuais, socializadas pelas raças e as nações” (RIBOT apud MELO, 2009, p.81).

De acordo com Eugen Rosenstock–Huessey (2002):

Cada língua possui suas particularidades, e seus signos linguísticos determinados por favores históricos, porém, desde a mais complexa até a mais simples tem o mesmo objetivo: simplesmente comunicar, o fato de que mesmo diferentes elas fazem parte de um conjunto idêntico. Mas não podemos esquecer que para cada língua existe um conjunto de fatores que as diversificam” (ROSENSTOCK-HUESSEY, 2002, p. 37).

8.3. Língua de Sinais Brasileira - Libras

Verificou-se até o momento que a linguística é definida como o estudo científico da língua natural humana, uma ciência que apresenta a língua em vários aspectos e formula teorias sobre seu funcionamento. Mas, de que maneira deve e pode ser definida a língua? Quais os reais aspectos que diferenciam a língua e a linguagem? Um comentário já feito mais acima é, que as pessoas frequentemente usam a linguagem em diversos aspectos e com variedade de sentido:

linguagem musical, linguagem corporal, linguagem das abelhas entre outras. Nesta pesquisa, utilizaremos essa palavra para definir a linguagem como sistema linguístico que é geneticamente determinado para desenvolver-se em humanos. Uma função que pode ser utilizada pelos seres humanos de acordo com a função de percepção e sua produção; modalidade oral-auditiva (português, francês, inglês, etc.) ou por modalidades visuais especiais (Língua de sinais brasileira, língua de sinais americana, língua de sinais francesa, etc.)

A linguística busca lidar com as línguas naturais. Segundo Lyons (1987), a pergunta “o que é língua e linguagem?” traz em si a suposição de que: “cada um dos milhares de línguas naturais, reconhecivelmente distintas, é um caso específico de algo mais geral”. O que o autor procura saber é se as línguas naturais, todas, possuem em comum algo que não seja correto aplicar a cada uma delas a palavra “língua”, negando-se a aplicação deste termo a outros sistemas de comunicação.

Neste sentido, verificam-se algumas características que são atribuídas às línguas naturais, que nos levam a afirmar que as línguas naturais são um conjunto de realizações com uma certa especificidade da faculdade de linguagem que se dicotomiza em um sistema abstrato com regras finitas, o qual possibilita a reprodução de um número extenso de frases. Além disso, a utilização efetiva destas regras, com uma finalidade social, possibilita uma comunicação entre seus usuários. Segundo Chomsky,

a definição da língua natural em termos formais é: um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada uma finita em comprimento e construída a partir de um conjunto finito de elementos. Portanto, esses elementos básicos são palavras faladas para as línguas orais e as palavras sinalizadas para língua de sinais, sendo as frases da língua, por sua vez, representáveis em termos de uma sequência dessas unidades (CHOMSKY, 1957).

Para QUADROS (2009), as línguas de sinais são vistas pelos estudiosos como línguas naturais, e, portanto, compartilham de uma série de aspectos e características o que lhes atribui caráter específico e as difere dos demais sistemas de comunicação, conforme discutidas mais acima. Deste ponto de vista, as línguas de sinais são consideradas pelos linguistas como uma língua natural ou como um sistema linguístico de legítima utilidade e não como um problema dos surdos com certa patologia da linguagem. Stokoe (1960), afirmou que as línguas de sinais atendem todos os requisitos linguísticos de uma língua genuína no que diz respeito ao seu

léxico, na sua sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças.

8.4. Dialeto

É uma variedade de línguas que possui uma carga de preconceito. O termo sugere a fala informar ou línguas nativas de determinadas regiões do país, oriundas de zonas rurais, como o caso do Brasil e Angola que possuem línguas nativas ou dialetos, além do português:

Como uma norma social, dialeto é uma língua excluída das normas cultas. E, nas palavras de Auguste Brun (1946), dialeto é uma língua que não fez sucesso. Na Itália, por exemplo, o piemontês é uma língua diferente do italiano, por um lado, e do francês, por outro, com uma longa tradição de escrita e de estudo gramatical. Entretanto, como o toscano tornou-se a língua-padrão na Itália, o piemontês é só um “dialeto”, perdendo terreno para o italiano a cada geração, e mantido vivo somente pelo orgulho local e pela inércia linguística (HAUGEN 2001, p. 101).



Figura 1- Mapa de Angola (Internet)

8.5. A situação dialectal em Angola

Angola está localizada na costa do atlântico sul da África ocidental do continente africano. Faz fronteira com Namíbia, Congo, República Democrática do Congo e Zâmbia. No oriente, o país se divide entre a faixa costeira árida que se estende desde a Namíbia até a capital, Luanda. Banhado pelo Oceano Atlântico, está dividido em 18 províncias, e composto de vários grupos étnicos dentre eles; os Bacongos, Bangalas, Còkwe, Cuamatos, Cuanhamas, Ganguelas, Hererós, Humbes, Jagas, Khoisan, Mbundu, Mucubal, Nhaneca-Humbe, Ovambo,

Ovimbundos, Lunda, Xindonga ,Yombe.

Em cada grupo étnico existente em Angola predomina uma língua nacional, o que equivale dizer que cada província em Angola possui uma língua predominante.

Uma vez que cada grupo étnico domina uma língua nas diferentes províncias do país, Guide (2007), afirma que Angola possui 39 Línguas nacionais, algumas delas são: Umbundo (Umbundu), o Quimbundo (Kimbundu), o Quicongo (Kikongo), o Chócue (Côkwe), o Ganguela (Nganguela) e o Cuanhama (Kwanyama). Trinta e oito dessas línguas continuam vivas, e uma extinta. A maioria das línguas são de origem dos povos Bantu.

Sendo que, dentre essas 38 línguas, oito compõem a grade de programação da Televisão Pública de Angola (TPA) que exhibe alguns programas em línguas nacionais: Fyote, Cocwe, Nganguela, Kikongu, Kimbundu, Umbundu, Kwanyama e Nhanheka Humbe. E outras doze compõem a grade de programação do canal Ngola Yeto, da Rádio Nacional.

A Rádio Nacional de Angola (RNA), por meio do canal Ngola Yetu, literalmente traduzido como “Nossa Angola”, emite a maior parte de sua programação em línguas nacionais. Com 20 horas de emissão diária, apresenta informações sobre esporte, saúde, cultura, abrangendo 12 idiomas nacionais. Como já foi dito, a TPA, por sua vez, possui o Jornal Nacional, também conhecido por Noticiário em línguas nacionais. As oito línguas nacionais veiculadas pela TV são emitidas por intermédio de jornalistas angolanos profissionalizados (SILVA et al,2014, p. 183).

Tabela 4- Línguas Nacionais e suas variantes

A língua Kikongo

Este grupo contém 14 variantes:

Província	Variante
Cabinda (Kabinda)	Civili, Kiyombe, Kakongo (ikwakongo) e o iwoyo
Zaira (Nzadi)	Kisolongo e kisikongo
Uíge (Wizi)	Kimpombo, kingwenze, Kipaka e o ikoci

Fonte: Kukanda, 2014

A língua Kimbundo

Neste grupo há 20 variantes:

Província	Variante
Luanda (Luwanda)	Axiluwanda
Bengo (Mbengu)	Ntemu e o Kisama
Cuanza Norte (Kwanza Norte)	Hungu, Iwangu, ndembu
Malange (Malanji)	Puna, Njinga ou Ngola, Mbandu, Mbangala, Holo, Kahi, Xinji, Dihungu, Songo, Bambaha e o Sende
Cuanza Sul (Kwanza Sul)	Libolu, Kibala ou Iphala e o Haku.

Fonte: Kukanda, 2014

A língua Umbundu

Esta língua apresenta 15 variante principais:

Província	Variante
Bié (Viye)	Viyenu ou Viye e o Mbalundi
Huambo (Wambu)	Mbalundu, Wambu, e o Sambu
Benguela (Mbengela)	Cisanji, Lumbu, Ndombe, Hanya, Nganda e o Cikuma.
Cuanza Sul (Kwanza Sul)	Sele, Sumi ou Mpinda e o Mbwi.

Fonte: Kukanda, 2014

A língua Cokwe

Tem aproximadamente 7 variantes:

Província	Variantes
Lunda Norte	Lunda, Cokwe, Mataba, Kakongo, Bandingo e o Mayi.

Lunda Sul	Cokwe
Moxico (Mushiku)	Linda Lwashinde, Lunda, Ndembo e o Cokwe.
Bié (Viye)	Cokwe
Cuando Cubango (Kwandu na Kuvangu)	Cokwe.

Fonte: Kukanda, 2014

A língua Ngangela

Apresenta aproximadamente 20 variantes.

Província	Variante
Moxico	Lwena, Luvale, Lucazi, Mbunda, Ambwela, Ambwela-Nbande, Kangala, Yahuma, Luyo, Nkoya, Nyema.
Cuando Cubango (Kwandu na Kuvangu)	Lwena, Ngangela, Ambwela, Mbunda, Ndungu, Kamashi, Nyengo, Nyemba e o Aviko.
Bié (Viye)	Lwimbi, Ngangela, Ambwwla, Engolajeho, Engonyela e o Nbande.
Malange (Malanji)	Lwimbi
Huila (Wila)	Ngangela e o Nyemba.

Fonte: Kukanda, 2014

A língua Nyanela –Humbi

Conta com 9 variantes:

Província	Variante
-----------	----------

Huila (Wila)	Mwila, Ngambo, Humbi, Handa, (Mupa), Handa (Cipunga), Cipunga, Cilenge – Humbi e o Cilenge – Muso.
Cunene (Kunene)	Humbi, Ndogwena, Hinga e o Konkwa.

Fonte: Kukanda, 2014

A língua Ambo

É constituída por 6 variantes:

Província	Variante
Cunene (Kunene)	Vale, Kafina, Kwanyama, Kwamatu e o Ndombodola.
Cuando Cubango (Kwandu na Kuvangu)	Kwangahi

Fonte: Kukanda, 2014

A língua Helelo

Contém 6 variantes:

Província	Variante
Cunene (Kunene)	Ndimba, Ximba e o Xavikwa.
Namibe	Kwanyika, Kuvale e o Kwedolengo.

Fonte: Kukanda, 2014

A língua Xindonga

Compreende 3 variantes:

Província	Variante
Cuando Cubango (Kwandu na Kuvangu)	Kusu, Nyengo e o Sambyo.

Fonte: Kukanda, 2014

8.6. As Línguas Indígenas no Brasil

De acordo com o *site* do IBGE⁸, o Censo realizado em 2010 revelou que 37,4% dos indígenas de 5 anos ou mais de idade falam no domicílio uma língua indígena. A pesquisa observou ainda que um percentual de 17,5% não falam português.

Ainda segundo o Censo de 2010, o número de indivíduos que se comunicam em línguas indígenas no domicílio cresceu para 57,3%. considerando-se somente aqueles povos que vivem dentro das Terras Indígenas. Do mesmo jeito cresceu também o percentual daqueles que não falam português. Isso mostra como é importante o papel desempenhado pelas Terras Indígenas no que se refere à possibilidade de manter as características socioculturais e estilos de vida dos indígenas.

8.7. Línguas Indígenas faladas no Brasil

O Censo 2010 aponta que atualmente no Brasil existem 274 línguas indígenas, faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes. O Censo mostrou ainda que esses números ultrapassam as expectativas iniciais realizadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). No que diz respeito ao total de línguas e etnias indígenas no Brasil, o Censo indica que são necessários estudos linguísticos e antropológicos mais aprofundados. É provável que muitas destas línguas declaradas derivem de uma mesma língua, da mesma forma como algumas das etnias que se constituem em subgrupos ou segmentos de uma mesma etnia.

Segundo o Censo, que considera pessoas com mais de 5 anos ou mais, e⁹ que usam o idioma em seu próprio domicílio, as línguas indígenas mais usadas no Brasil são: o Tikuna (com 34 mil falantes), o Guarani Kaiowá (com 26,5 mil), o Kaingang (22 mil), o Xavante (13,3 mil) e o Yanomami (12,7 mil). Dentre as cinco línguas acima mencionadas, três (tikuna,

⁸ Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>

⁹ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2014-12/brasil-tem-cinco-linguas-indigenas-com-mais-de-10-mil-falantes>

guarani kaiowá e yanomami) delas apresentam um maior número de falantes do que divulgado pelo IBGE, uma vez que são usadas também pelos povos indígenas de países vizinhos, como o Paraguai, a Colômbia e a Venezuela.

Além destas, sete idiomas ultrapassaram a marca de 5 mil falantes no Brasil: guajajara 9,5 mil, sateré-mawé 8,9 mil, terena 8,2 mil, nheengatu ou língua geral amazônica 7,2 mil, tukano 7,1 mil, kayapó 6,2 mil e makuxi 5,8 mil. Caso as línguas guarani nhandeva com 5,4 mil falantes e o guarani mbya 5,3 mil sejam consideradas línguas distintas do kaiowá, o número chega a nove.

Distribuição percentual das pessoas indígenas de 5 anos ou mais de idade, por tipo de língua falada no domicílio, segundo a localização do domicílio - Brasil – 2010

Língua indígena

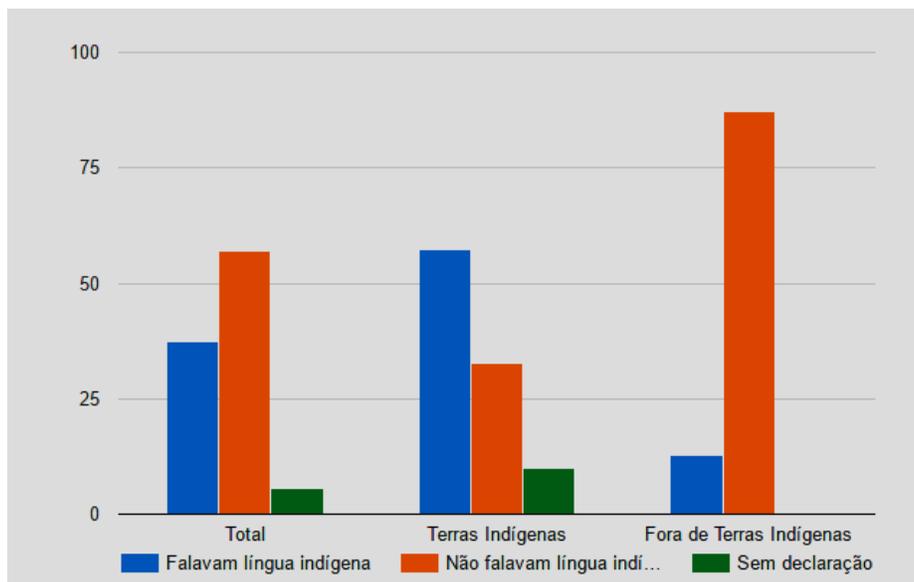


Figura 2- IBGE, Censo Demográfico 2010

Distribuição percentual das pessoas indígenas de 5 anos ou mais de idade, por tipo de língua falada no domicílio, segundo a localização do domicílio - Brasil – 2010

Língua portuguesa

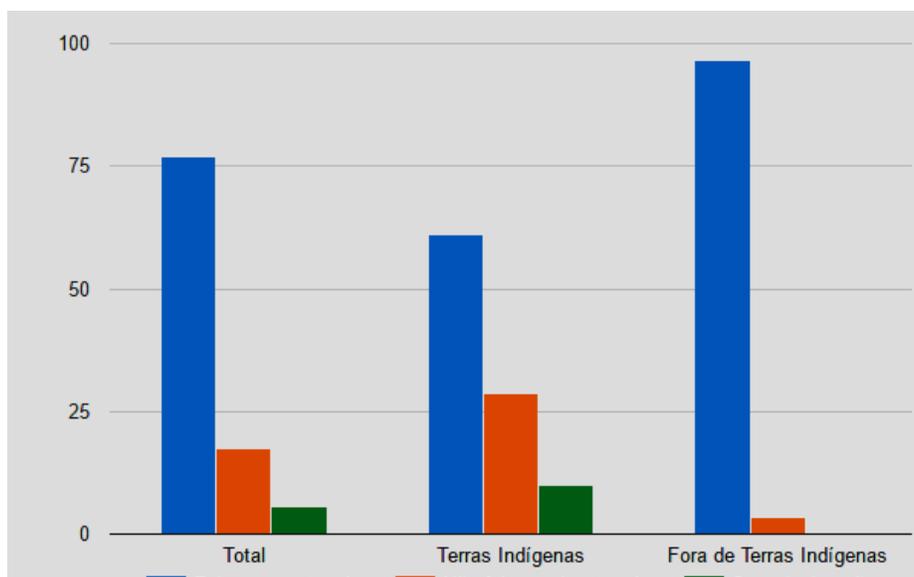


Figura 3- IBGE, Censo Demográfico 2010

9. POLÍTICAS PÚBLICAS QUE VALORIZAM A CULTURA INDÍGENA NO BRASIL

De acordo com o *site* do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹⁰, o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, o Brasil tem uma população indígena de cerca de 896,9 mil pessoas. Entre elas, 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas. Segundo o Censo, foram identificadas 305 etnias e reconhecidas 274 línguas. Todos esses povos estão localizados nas cinco regiões do país, sendo que a região Norte é a que concentra o maior número da população indígena, 342,8 mil, e a menor é o Sul, com 78,8 mil.

Há algumas políticas públicas voltadas para a população indígena, concentradas no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Dentre elas, destacam-se: a promoção da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva, a ampliação de renda da agricultura familiar e a paz no campo.

Essas políticas contribuem para a soberania alimentar, e para um crescimento econômico, social e ambiental do país. Além do mais, essas ações promovem o acesso dos povos e comunidades tradicionais às políticas produtivas, promovendo a regulamentação fundiária dos seus territórios.

A Lei 11.326/06 estabelece as diretrizes da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, e reconhece os povos indígenas como os principais beneficiários destas políticas públicas. Seguindo esse propósito, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) colocou à disposição uma série de políticas públicas voltada para os povos indígenas, destacando-se a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) que objetiva um fortalecimento étnico de diversos grupos e busca um espaço territorial adequado para essa população por meio da regularização fundiária das terras indígenas.

¹⁰ Disponível em : <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pol%C3%ADticas-valorizam-cultura-ind%C3%ADgena>

10. POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO PARA AS LÍNGUAS NACIONAIS DE ANGOLA

Em Angola, as políticas de comunicação voltada para os povos do interior¹¹ lidam de maneira dinâmica e de forma oficial e extraoficial com as línguas em diversos contextos. As iniciativas estatais e jurídicas têm focado na regulamentação e promoção das línguas no contexto de formação do estado-nação. O país, por seu multilinguíssimo e multiculturalidade, vem apresentando uma série de intervenções por parte das autoridades oficiais em torno das questões linguísticas. Desde os tempos coloniais, foram tomadas várias iniciativas a respeito das políticas de comunicação, incluído o papel da língua portuguesa como signo colonial de diferenciação e de hierarquização entre as pessoas.

Durante o ato de proclamação da independência de Angola, a língua portuguesa foi declarada como “Língua Oficial”, em 11 de novembro de 1975, na capital do país - Luanda. Segundo Coelho (2014), fortes protestos seguiram à designação deste idioma como oficial:

Foram notórios os assobios e gestos de desconformidade e frustração quando o Presidente Agostinho Neto, durante o mesmíssimo ato da proclamação da República Popular de Angola, anunciou que o Português passava a ser a língua oficial do país. Sem dúvida, a declaração surpreendeu e desagradou profundamente a grande parte dos angolanos presentes naquele ato multitudinário, em Luanda. O próprio presidente Neto se surpreendeu com o volume da onda de protesto, mas tratou de minimizar a importância do incidente. Contudo o eco da reação dos primeiros instantes retumbava nos dias posteriores e havia ponderosa razão para esse tipo de manifestações. Era o desabafo, era o resultado da prolongada luta anticolonial (COELHO, 2014).

Com a língua portuguesa como língua oficial no país, muitos foram os setores afetados, incluindo os meios de comunicação e qualquer outra prática jornalística em Angola. Toda importância que sempre foi dada à língua portuguesa como a língua oficial sempre justificou o fato de a grande maioria das emissoras difundirem seus programas em português (COELHO, 2004). O crescimento econômico que Angola apresentou na década de 1960 permitiu certo nível de escolaridade da população angolana, e determinou um crescimento intensificado dos meios de comunicação eletrônica no meio das populações de baixa renda.

¹¹ Disponível em: <http://kadila.net.br/observatorio-da-transumancia/politicas-linguisticas/>

Foi com o surgimento do Rádio, nos anos de 1960, que Angola alterou seu modelo jornalístico, as populações de diversas localidades do país começaram a ter acesso à informação produzida pelos e para os angolanos. Os meios de difusão tiveram de adaptar-se nas transmissões dos conteúdos nas línguas e linguagem dos povos (COELHO, 2004). Todos os meios de difusão que tinham as emissões voltadas em língua portuguesa de maneira especial para os colonizadores, e que em momento algum incluíam qualquer música africana, de modo geral, e especialmente a angolana, tiveram de mudar sua programação (COELHO, 2004).

Inicia-se, como resultado do combate com palavras, a luta com armas, em 1961, momento em que se concretiza o anseio de libertação do jugo português. Depois de mais de cinco séculos de dominação, os angolanos vão, aos poucos, retomando o leme de sua história e conduzindo Angola pelos caminhos da liberdade (VIEIRA, 2010, p. 3).

Foi na década 1961, que o país conheceu sua primeira emissora, que nasce na cidade do Huambo como citada. Um veículo que começou a fazer emissões para o público angolano, passando músicas angolanas e locuções bilíngues, em português e Umbundu (COELHO, 2004). Segundo CÉSAR (2005), o rádio foi muito utilizado pelos partidos angolanos como forma de resistência ao governo colonialista português. “Para alcançar as pessoas, os dirigentes tiveram que se adaptar, para a inclusão destes povos, transmitindo assim seus ideais políticos em línguas nativas”.

10.1. Iniciativas oficiais e jurídicas

Sobre a intervenção jurídica e estatal, a constituição¹² da Republica de Angola, de 2010, prevê, em seu artigo 19, a política linguística do Estado nacional. Neste artigo, o Estado afirma que a “língua oficial da República de Angola é o português, mas que o Estado valoriza e promove o estudo do ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional”.

Ainda sobre as iniciativas oficiais, o estado angolano aprovou em 2011, a Lei do Estatuto das Línguas Nacionais de Origem Africana, que busca regulamentar a situação

¹² Disponível em: <http://kadila.net.br/observatorio-da-transumancia/politicas-linguisticas/>

linguística de Angola nos contextos administrativos, educacionais e midiáticos. Muitas são as línguas faladas em Angola, dentre elas estão: Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Còkwe, Kwanyama e Nganguela. Estas línguas pertencem a duas famílias linguísticas diferentes: Bantu (englobando a maioria das línguas angolanas) e Khoisan (uma minoria que tem como traço marcante o uso de cliques).

Estas línguas são usadas em regiões rurais e não só, sendo que grande parte dos angolanos são bilíngues ou multilíngues. A língua angolana mais falada é o umbundu, seguida do kimbundu, kikongo e chokwe. Fora essas linguais, consideradas nacionais, Angola tem centenas de dialetos falados dentro do país. Mas, de maneira geral o Português é a língua mais falada na capital do país e nos centros urbanos, assim sendo a mais falada em Angola.

No ano de 2014, o governo angolano realizou um Censo Nacional que teve como foco principal a diversidade linguística de Angola. Muitas são as iniciativas que promovem as línguas nacionais e as protegem, dentre elas destaca-se a instauração de ensino bilíngue. Especificamente do papel da escolarização na promoção das línguas nacionais, a Lei de Bases do Sistema de Educação de Angola – Lei n.º 13/01 de 31 de dezembro de 2001¹³. Estabelece em seu ARTIGO 9º sobre as Línguas que;

- O ensino nas escolas deve ser ministrado em português.
- Que o Estado angolano deve assegurar as condições humanas, científicas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais.
- Sem prejuízo do nº 1 do presente artigo, particularmente no subsistema de educação de adultos, o ensino pode ser ministrado nas línguas nacionais.

¹³ Disponível em: http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola_Lei_de_educacao.pdf

Esta preocupação do Estado angolano com a promoção e preservação das línguas nacionais podem ser verificadas no Estatuto¹⁴ Orgânico do Ministério da Cultura de Angola, que inclui em suas atribuições;

b) O desenvolver a ação de direção e coordenação nas áreas do património cultural, da criação artística e literária da ação cultural da investigação científica no domínio da história das línguas nacionais e da cultura.

c) Valorizar os fatores que contribuam para a identidade cultural da população angolana;

d) Promover os valores culturais susceptíveis de favorecer o desenvolvimento económico e social.

Estas iniciativas por parte do Estado angolano motivaram estudos linguísticos, entre outros, a formalização em práticas letradas. A exemplo disso, temos a descrição da morfologia e sintaxe da língua ngangela, pelo professor doutor Zavoni Ntondo (2006). Além do mais, a Universidade Agostinho Neto tem buscado desde 2004, por meio do seu Departamento de Línguas e Literaturas em Línguas, pesquisar e ensinar as línguas cokwe, umbundu, kimbundu e kikongo. Tais línguas têm sido também alvo de políticas de ensino nas regiões leste (cokwe), sul (umbundu), centro-oeste (kimbundu) e norte (kikongo).

10.2. Instituto de Línguas Nacional de Angola

Além disso, o Estado angolano criou em 1978, o Instituto¹⁵ de Línguas Nacionais (ILN), anteriormente conhecido como Instituto Nacional de Língua (INL), sob o Decreto N° 62 de 6 de Abril, pelo Ministério da Educação, que cuja as atribuições pretendiam-se essencialmente com a investigação científica no domínio da linguística e integrava nas suas estruturas

¹⁴ Disponível em: http://saflii.org/ao/legis/num_act/eodmdc413.pdf

¹⁵ Disponível em : <http://www.redeangola.info/especiais/aprender-as-linguas-nacionais-exigencia-actual/>

organizacional, entre outras, um Departamento especializado em Línguas Nacionais e outras línguas de origem africanas e estrangeiras.

O Conselho de Defesa e Segurança extinguiu em 1985 o Instituto Nacional de Língua, através do Decreto N° 40/85, Iª Série nº 92 de 18 de novembro, e criou o atual Instituto de Línguas Nacionais, sob a ótica do Ministério da Cultura. Esse Instituto tem como finalidade o estudo científico das línguas nacionais, contribuir para a sua normatização e ampla utilização em todos os setores da vida nacional e desenvolver estudos sobre tradição oral.

Foi partindo deste pressuposto que do ponto de vista da instigação científica, o Instituto de Línguas Nacionais dispõe de dois Departamentos de Linguística Descrita e Aplicada e o Departamento de Documentação e Tradição Oral. Em 1980, o Instituto de Línguas Nacionais publicou uma obra sobre “Histórias Sobre a Criação dos Alfabetos em Línguas Nacionais”, que tornou possível a criação de esboço do sistema morfológico e dos projetos de alfabetos nas línguas Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Umbundu, Mbunda e Kwanyama (Oshikwanyama).

Foi desta forma que o Conselho de Ministros da República de Angola aprovou em 23 de Maio 1987, sob a resolução 3/87, o título experimental dos alfabetos das línguas nacionais Kikongo, Kimbundi, Cokwe, Umbundu, Mbunda e Kwanyama e suas respectivas regras de transcrição.

Todas essas iniciativas do Ministério da Cultura e da Educação mostram como o Estado angolano tem se preocupado com a preservação das línguas dos povos angolanos que recebem um estatuto de “Línguas Nacionais”. Além destas iniciativas, há uma série de iniciativas locais que ratificam o papel que essas línguas ocupam na sociedade angolana, como exemplo temos os meios de comunicação que se utilizam destas línguas. A Rádio Nacional de Angola, pública, difunde o seu programa N’GOLA YETU em 12 línguas étnicas. Já a Televisão Pública de Angola (TPA) difunde notícias em 8 línguas que designa como “regionais”, também com tempos iguais de emissão.

Também se deve levar em consideração o papel dos escritores angolanos na divulgação e registro das línguas locais angolanas, como o projeto Kadila, voltado para pesquisa na região do deserto do Namibe. É importante ressaltar os registros feitos por Ruy Duarte de Carvalho na obra “Vou lá visitar os pastores”.

No ano de 2013, foi criado um prêmio para contemplar os jornalistas que trabalham nesta área, o “Prémio Jornalismo em Língua Nacional”. Este prêmio nada mais é do que uma distinção de mérito atribuída aos profissionais de jornalismo que mais se destacam no exercício jornalístico em Línguas Nacionais (PRÉMIO MABOQUE DE JORNALISMO, 2013, ARTIGO 4º e 5º).

Há ainda a associação cultural Chá de Caxinde, um espaço voltado para atuações culturais aos povos de Angola. Entre as atividades culturais que o espaço comporta estão a literatura e a música nas línguas nacionais.

10.3. Conteúdo das emissoras difusoras das línguas nacionais angolanas

Como já foi dito, em Angola existem emissoras que buscam de maneira inovadora utilizar-se da prática jornalística para difundir em sua programação algumas línguas nacionais. Um exemplo é a Rádio Nacional de Angola, que dispõe em seus canais a emissora NGOLA YETU



Figura 4- Logotipo da Rádio Ngola Yetu

A Rádio Ngola Yetu, a Rádio da Unidade e Identidade Cultural, é um dos 5 canais que compõem a RNA-EP, inaugurado a 5 de Outubro de 1999. Faz suas transmissões a partir de Luanda em 14 Línguas Nacionais nomeadamente: Mbangala, Nyaneka, Lunda, Songo, Luvale, Ngangela, Oluhelelo, Fyote, Ngoya, Cokwe, Kimbundo, Kokongo, Oshikwanyama, Umbundo.

Um canal com serviço de transmissão em Onda Média, Onda Curta (7.245 KHz) e Frequência Modulada (FM) 101.4, 104.6 MHz com uma emissão de 20 horas diárias. Já a Televisão Pública de Angola (TPA) difunde em sua grade de programação 8 das línguas nacionais¹⁶

Segundo SONGA (2013, P.6), a Televisão Pública de Angola (TPA) por ser a única televisão pública do país, procurou atender a diversidade cultural e linguística de Angola, passou a integra-las de modo geral nas produções que não falam português, e daqueles que preferem ouvir os noticiários em línguas nacionais, a emissora passou a exibir as notícias que fazem manchetes em Angola e no mundo nas mais variadas línguas nacionais. Pessoas de todo território angolano de norte a sul e do mar ao leste do país tem a acesso a esse Boletim Informativo.

Atualmente, a Rádio Nacional de Angola (RNA), por meio do canal Ngola Yetu, literalmente traduzido como “Nossa Angola”, emite a maior parte de sua programação em Línguas nacionais. “Com 20 horas de emissão diária, apresenta informações sobre esporte, saúde, cultura, abrangendo 12 idiomas nacionais”. Como já foi dito, a TPA, por sua vez, possui o Jornal Nacional, também conhecido por Noticiário em Línguas Nacionais. As oito Línguas nacionais veiculadas pela TV são emitidas por intermédio de jornalistas angolanos profissionalizados (SILVA, SONGA, LAGARES et al., 2014, p. 183).



Figura 5 - Logotipo do Noticiário em Línguas Nacional

¹⁶ Disponível em: <http://tpa.sapo.ao/programacao/tpa1/detalhe/jornal-nacional>

11. POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO PARA AS LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL

No Brasil, várias são as políticas que valorizam a cultura indígena como foram citadas, dentre elas estão: A promoção da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, a Democratização do Acesso a Terra, a Gestão Territorial da Estrutura Fundiária, a Inclusão Produtiva, a Ampliação de Renda da Agricultura Familiar e a Paz no Campo.

No campo da comunicação, o artigo 221 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) propõe a regionalização da produção na programação das emissoras de rádio e televisão, atendendo alguns princípios previstos na Constituição, como: preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família¹⁷.

São poucas iniciativas oficiais e jurídica no que se refere a políticas de comunicação para os povos indígenas no Brasil. O que tem se visto são iniciativas privadas de diversas organizações que dão suporte na divulgação e fortalecimento da cultura indígena, ou de alguns grupos indígenas que têm se apropriado dos meios de comunicação e das novas tecnologias para dar visibilidade as suas lutas e identidade. Segundo Tófoli (2009, p. 218), esses grupos indígenas “apropriam-se de mecanismos como listas de discussões virtuais e recursos audiovisuais. O que permite articular informações, compartilhar experiências de resistência, fazer denúncias com rapidez e grande alcance de repercussão, fortalecendo assim a luta comum”.

Vários são os meios utilizados por esses grupos, como sites, canais do Youtube, blogs e páginas do Facebook. É o caso dos povos Tapeba,¹⁸ que criaram um site em 2005, e outras iniciativas como a peça de audiovisual produzido pelos próprios indígenas, sobre a tradicional Festa da Carnaúba, disponibilizados num canal do Youtube. Outro meio de comunicação

¹⁷ Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_221_.asp

¹⁸ Disponível em: <http://www.tucum.org/comunidades/tapeba-caucaia/>

utilizado pelos povos Tapeba é o rádio.¹⁹ A rádio comunitária teve um processo de mobilização ativa por parte dos Tapeba, devido à conquista de concessão do canal, uma concessão que levou à mobilização de todos os povos indígenas do Ceará, num período de quase dez anos de luta para autorização e do funcionamento da emissora comunitária indígena na região.

Há ainda o projeto “Vídeos nas Aldeias²⁰”, que disponibiliza para as tribos indígenas um suporte técnico e financeiro para que realizadores indígenas ou pessoas que têm um mínimo de instrução em audiovisual possam fazer produções voltadas aos povos indígenas, possibilitando que essas comunidades fortaleçam manifestações culturais e escolham histórias que desejam narrar e conservar tanto para as futuras gerações quanto para outros povos indígenas e não indígenas

A exemplos da rádio e site dos Tapeba, existe também a Rádio Yandê²¹, uma emissora educativa e cultural, que funciona em um canal virtual que tem como objetivo a difusão da cultura indígena através da ótica tradicional, mas agregando a velocidade e o alcance da tecnologia da internet. Com necessidade de incentivar novos "Correspondentes Indígenas", no Brasil, faz com que se possa construir uma comunicação colaborativa muito mais forte, isso comparada às mídias tradicionais de Rádio e Tevé.

Já a TV Cultura de São Paulo, por meio de parcerias entre indígenas e não-indígenas, dispunha na sua grade de programação de um programa dedicado exclusivamente às populações indígenas, o “A’Uwe”, de acordo com a diretora da série, a jornalista e cineasta Laine Milan, em entrevista ao programa Ver TV (2013). “A’Uwe” foi composto de 79 episódios e cancelado em 2010, após dois anos e meio de exibição (MILAN, 2013), após uma mudança de gestão na presidência da Fundação Padre Anchieta.

Nesse cenário, o direito à comunicação é também um direito²² essencial e colabora na luta por outros direitos. É tendo acesso aos meios de comunicação que a diversidade de povos e culturas indígenas pode se manifestar. É também por esses meios que eles podem compartilhar suas reivindicações e visões de mundo. Com as

¹⁹ Disponível em: <http://www.tucum.org/ver/audio/>

²⁰ Disponível em: <http://www.videonasaldeias.org.br/2009/>

²¹ Disponível em: <http://radioyande.com>

²² Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/direitos-indigenas-territorios-e-comunicacao-532.html>

novas tecnologias de comunicação e a ampliação do acesso às mídias, os olhares indígenas passam, também, em alguma medida, a produzir sentidos próprios na contemporaneidade. Etnojornalistas e cineastas indígenas realizam filmes, produzem conteúdo na internet, rádio e televisão, comunicando-se com outras sociedades e dando aos dispositivos a função de comunicação dentro de uma aldeia e entre aldeias. Comunicação que também contribui para a memória, ao tempo em que reafirmam o lugar central da oralidade nessas sociedades (BRITO, 2014)

Bezerra (2012) afirma a importância das rádios para o movimento indígena:

Na medida em que está inserida num movimento social de vivência e luta de indígenas, uma luta política de minorias, a conquista da rádio comunitária assume um outro uso, opondo-se ao caráter político-hegemônico e comercial ao qual foi amplamente usado na história do Brasil. Assim, a utilização da rádio comunitária pelo movimento indígena, de forma mais ampla e significativa, representa um passo importante no processo e nas discussões acerca da democratização da comunicação no Brasil (Bezerra, 2012).

Ainda sobre rádio comunitária, deve ser definida principalmente a partir da sua organização vinculada a movimentos sociais. De acordo com PERUZZO (2008, p. 132), falar de movimentos sociais é referir-se “ao conjunto de organizações das classes subalternas que são constituídas com objetivos explícitos de tentarem obter um melhor nível de vida através do acesso a bens de consumo individual e coletivo”. Além do mais, procura-se garantir os direitos básicos de sobrevivência e de participação política na sociedade.

Para Bezerra (2012), é importante ressaltar que os movimentos sociais têm passado por uma transformação em consonância com o meio em que estão inseridos, desta forma sendo ampliados ou reduzidos. Como escreveu a autora (2012), a criação de políticas de comunicação serve para publicizar a reivindicação e a afirmação das diferenças, ou servindo de espaço para articulação, organização e conscientização política para apoiar as ações políticas de minoria com uma relevância fundamental nos segmentos minoritários.

11.1. A ausência das Línguas Indígenas na mídia brasileira

Como já referido acima, o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2010, 896 mil pessoas se declararam indígenas no Brasil. Destas, 315.180 viviam em áreas urbanas e 502.783, em áreas rurais. O estudo também revelou que, entre 2000 e 2010, o número de pessoas que se declararam de origem indígena cresceu 1,1% ao ano. No entanto, o total desta mesma população nas áreas urbanas diminuiu em 68 mil indivíduos – a maioria, nas regiões Sudeste e Centro Oeste.

Desta forma, levando em consideração o censo (IBGE, 2010), os quesitos etnia, língua falada no domicílio e localização geográfica, o decréscimo nos mostra que a populações indígenas presentes em áreas urbanas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste – com exceção de Mato Grosso – estejam perdendo censo de pertencimento étnico.

Esses números nos levar a refletir o quão é necessário que as emissoras públicas brasileira integrem em sua grade de programação programas de representação as populações indígenas, as TVs públicas; “pode ser um meio adequado para a promoção da visibilidade das populações indígenas e preservação de suas culturas. Proporcionar espaços para a pluralidade e para a formação crítica de cidadãos, aliás, é parte da razão de ser das televisões públicas (BUCCI et al, 2012). Para (COUTO e PAVAN, 2010: p.5), “A mídia pode ser um instrumento para alcançar tais finalidades, além de funcionar como uma ponte entre indígenas e não-indígenas.

Um dos meios mais poderosos de luta e resistência dos povos rurais latino-americanos tem sido os meios de comunicação, principalmente a TV” Pavan (2010). Além de Angola como já fizemos referência, são vários os exemplos mundo afora de emissoras que entenderam a diversificação linguística e cultural das sociedades na qual estão inseridas, e viram nisso a oportunidade de integrar em sua grade de programação um espaço para essas línguas. Na Bolívia, existe um programa semanal de TV em língua quechua, voltado para as comunidades indígenas, e no México existe a TV Oaxaca, com programação produzida pelas comunidades indígenas do Sul (COUTO E PAVAN, 2010). No Canadá, em 1981 surgiu a Inuit Broadcasting Corporation, culminando com a estreia da Aboriginal Peoples Television Network – APTN, em 1999 (ROTH, 2005). Na Nova Zelândia, a TV Maori, produzida e protagonizada pelos Maori, funciona desde 2004 (TV MAORI, 2014).

Na Argentina, a Lei de Meios Audiovisuais, sancionada em 2009, realizou concessões de radiodifusão para várias nações originárias, e em 2013 a primeira emissora argentina comandada por pessoas indígenas, a Wall Kintun, entrou no ar (PERES, 2013). Na Austrália, a Walpiri Media Association – WMA foi criada em 1983 e tem trabalhado com a SBS, o braço cultural da emissora pública australiana ABC, em diversas colaborações de sucesso (GINSBURG in GISNBURG et al, 2002). Desde 2007, a SBS mantém um canal indígena, a National Indigenous Television – NTIT (NTIT, 2014).

A criação da Empresa Brasileira de Comunicação – EBC –, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Em seu artigo 2º, define os princípios que regem a prestação dos serviços de radiodifusão pública. Dentre esses princípios, estão os expostos nos incisos II, IV, VI e IX, que pregam, respectivamente, “promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo”,

“promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente”, “não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual” e “participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira” (BRASIL, 2008) – Com todos esses valores alinhados à necessidade da representação de populações indígenas nos diversos processos das emissoras públicas brasileira. O artigo 3º, a Lei nº 11.652 (Ibidem) define com clareza os principais objetivos dos serviços de radiodifusão pública:

I - oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional; II - desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania; III - fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação; IV - cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão; V - apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes (BRASIL, Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, 2008).

Quando observamos mais de perto a realidade das emissoras públicas no Brasil, verificamos que são poucas as TVs públicas que já fizeram ou fazem o uso destas leis e princípios para dar visibilidade e tornar inerente as questões relacionadas aos povos indígenas. O único programa dedicado exclusivamente às populações indígenas, o “A’Uwe”, realizado pela TV Cultura de São Paulo, produzido por meio de parcerias entre indígenas e não-indígenas, cancelada em 2010. O que tem se visto é uma falta de exercício destas emissoras no que se refere a temas relacionados aos povos indígenas.

A falta de representação dos povos indígenas nas emissoras públicas está relacionada à imagem do índio nos meios de comunicação comercial, estereotipada e fetichizada (REPRESENTANTES DE COLETIVOS INDÍGENAS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL et al, 2013). O espaço para as populações indígenas é marcado pela invisibilidade e estereotipização (Ibidem). De acordo com Minardi (2012), “argumenta que a representação social dos indígenas propagada pela mídia é massificadora e ancorada em noções que remetem

ao colonialismo. De acordo com a autora, a mídia retrata o “índio” como um único povo genérico, esvaziando do conceito a multiplicidade de culturas e modos de vida presentes nas populações indígenas brasileiras, ao mesmo tempo em que o apresenta como diferente, marginalizado, preguiçoso”.

12. POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO

Desde 1962 que os setores de radiodifusão e telefonia eram regulados por um único instrumento legal, o Código Brasileiro de Telecomunicação (CBT). Essa regulação perdurou até a reforma das telecomunicações do governo Fernando Henrique Cardoso, que tempos depois pôs fim na fragmentação e privatização do sistema TELEBRAS, e como consequência; várias empresas – principalmente estrangeiras acabaram se instalando no país, além de alguns órgãos autônomos que chegaram a assumir a antiga função do Ministério da Comunicação (MINICOM).

No projeto original do governo estava previsto uma transferência também da ANATEL, na regulação do sistema de rádio e TV, a partir de uma aprovação ou da chamada Lei Geral da Comunicação Eletrônica de Massa (LGCGEM). Por fim, apenas a TV a cabo teve uma lei mais específica, e desde então passou a ser regulada pela nova agência, dessa forma, o rádio e TV aberta permaneceram sob a regulação do velho CBT. E a LGCGEM não chegou a ser encaminhada ao Congresso Nacional.

Para uma melhor compreensão do problema em sua amplitude é necessário ir além dos aspectos jurídicos formais, devemos analisa-las numa perspectiva Econômica Política e da sua reestruturação dos mercados e de sua relação de poder e hegemonia que predominam até hoje no setor de audiovisual no Brasil. Para Baloño (2001), o Código Brasileiro de Telecomunicação pela Lei 4.117, de agosto de 1962, apresenta um complexo embate e negociação entre os defensores de uma função eminentemente educativa e cultural, e por outro lado aquele que defendem o comercial.

“O Decreto 20.047, de 1931, que substituiu o primeiro Decreto, de 1924, já havia estabelecido que a radiodifusão era de interesse nacional, com fins educativos” (Capparelli, 1982, p. 174)

Foi sob o governo de Getúlio Vargas em 1951, que baixou-se o Decreto 29.783, que reduziu de 10 para 3 anos período de concessão, mas essa norma não resistiu ao próprio Vargas. Maio de 1962, sob o governo Jânio Quadros, que foi criado o Conselho Nacional de Telecomunicação (CONTEL), que estava sobre a subordinação da presidência da república. O presidente Jânio Quadros, chegou a assinar o Decreto 50.840, de 1961, requerendo a diminuição para 3 anos de concessão, mas a medida acabou não entrando em vigor devido a sua renúncia,

ano seguinte.

““Em 1962, aproveitando a situação instável criada pela renúncia de Jânio e as dificuldades de seu Vice-Presidente em ocupar seu cargo, os detentores da indústria da informação manobram no sentido de criar, finalmente um Código de Telecomunicação de acordo com seus interesses, principalmente reconhecendo a atuação da iniciativa privada” (idem, p.176). O presidente João Goulart, deposto anos depois pelos militares, vetou nada menos do que 52 itens do Código “e teve, numa noite todos os vetos derrubados pelo Congresso, reunido sob o olhar vigilante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão” (ABERT), criada naquele mesmo ano (Baloño 2001).

Desta forma abriu-se um campo para a consolidação no país, ao contrário o que aconteceu em larga escala nos países Europeus, de um sistema comercial de rádio e TV com base num modelo de concessão públicas. Mesmo que preservasse o direito da União de executar os serviços idênticos, preferenciando no processo de outorga aquelas pessoas jurídicas e direito público, incluindo Universidades.

Anos seguintes, o Código foi complementado com a Regulação Geral, o Decreto 52.026, de maio de 1963, que mostra a estrutura, as diretrizes e funcionamento do CONTEL-que se responsabilizou pela elaboração de um plano Nacional de Telecomunicação – e do Departamento Nacional de Telecomunicação (DENTEL). É desta forma que ficou estabelecido o arcabouço básico da legislação brasileira no que se refere a comunicação, que esteve vigente no país até a sua reforma de 1990. Em fevereiro de 1967, sob o comando do governo militar o Decreto sofreu uma alteração que o tornou um modelo autoritário e centralizador, impondo sanções e penalidades cada vez mais severas, criando restrições nos proprietários de rádio e TV, limitando em 10 o número de emissoras que uma entidade poderia controlar dentro do território nacional, sendo que no máximo 5 em VHF e 2 por Estado da Federação, e a eliminação de qualquer participação de estrangeiros na propriedade ou na direção da empresa de comunicação no país.

Além destas, o ano de 1967 trouxe importantes modificações no setor de comunicação no Brasil, dentre eles a criação do Ministério das Comunicações (MINICOM), que compunha o CONTEL e o DENTEL, do sistema TELEBRAS, que por sua vez incorporou a EMBRATEL, e do sistema de TVs educativas, compondo uma rede de emissoras ligadas as instituições governamentais como; Universidade e outras entidades do governo estaduais. Desta forma,

completa-se o modelo de regulação de radiodifusão no país, que permaneceria em vigor até a década de 90.

Tais políticas, surgem nesse contexto como uma ação do Estado no que se refere ao atendimento dos direitos dos cidadãos, às demandas que a sociedade impõe. A função do Estado é concretizar esses direitos que estão previstos pela constituição, uma prática que está no cerne das políticas públicas e que supõe uma estratégia de ação ou um marco de orientações das autoridades públicas e de sua relação com a sociedade, que objetiva o interesse público. A ideia das políticas mostra que existe uma esfera ou domínio da vida que não é privada ou exclusivamente individual, mas compartilhada. Um “órgão Público”, pressupõe ou compreende a dimensão da atividade humana onde requer regulação ou intervenção do Estado ou social.

Como garante; (Persons 991: 3). “Nossa Constituição Federal estabelece que diversos princípios que devem nortear a políticas nacionais de comunicação. É o Capítulo V, “Da Comunicação Social”, Título VIII, “Da Ordem Social” que trata do assunto. São cinco artigos (Do 220 ao 224) que tratam especificamente do conteúdo da programação, da propriedade, do regime de outorga do serviço, visto que o mesmo tem sido objeto de exploração do “Conselho de Comunicação Social””.

12.1. Direitos Sociais

Segundo as orientações da Constituição Federal de 1988, propõe no seu Título II, “Sobre os Direitos e Garantias Fundamentais”, no Capítulo I, “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”, artigo 5º: “IV- é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. Desta forma, é possível encontrar o direito a liberdade de expressão como o direito a informação no hall daqueles direitos considerados invioláveis e impedidos de sofrerem quaisquer alterações, mas que correspondem a categoria distintas de direitos.

T. H. Marshall (1950), foi o primeiro autor a reunir uma teoria a respeito da cidadania, centrada em um sistema de direitos, identificando três elementos que compunham a sua composição: os direitos civis, as políticas e os direitos sociais. Esse conjunto de direito e deveres que estão também relacionadas a instituição que através dos quais esses direitos são exercidos.

Esses elementos civis que correspondem aos direitos fundamentais à Liberdade individual, tal como o direito de ir e vir, o de propriedade e de o direito de liberdade de

pensamento e de expressão. O sistema judiciário é a instituição que responsabiliza por assegurar e garantir tais direitos.

No que se refere aos Direitos Político que representa o direito participar no exercício do poder político, de votar e ser votado corresponde as instituições parlamentares. Já o elemento social que se refere a tudo que vai desde o direito de bem-estar econômico e de segurança até o direito de participar por completo na herança do social e de levar a vida como um ser civilizado segundo os padrões aprestado na sociedade. De acordo com Marshall (1950), “Ligados aos direitos sociais encontra-se o sistema educacional e a previdência social, por exemplo. A constituição Brasileira enumera os direitos sociais, no Título II, Capítulo I, Dos Direitos Sociais”, artigo 6º “São direitos sociais; a educação, saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, sob a forma desta constituição.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar os dados da grade de programação das emissoras públicas angolanas e brasileiras num período compreendido em cinco anos, do estudo das respectivas políticas de comunicação e quaisquer iniciativas jornalísticas em línguas indígenas, e de entrevistas com o diretor das emissoras em Angola e com o reitor da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho, o pesquisador verificou uma grande diferença no tratamento dado a essas línguas no jornalismo brasileiro e angolano.

O Estado angolano entendeu desde cedo a necessidade da integralidade destas línguas no seu plano social e nas mídias de todo país, além de seu sistema de ensino. Foi por conta do Rádio, nos anos de 1960, que Angola alterou seu modelo jornalístico, as populações de diversas localidades do país começaram a ter acesso à informação produzida pelos e para os angolanos. Os meios de difusão tiveram de adaptar-se nas transmissões dos conteúdos nas línguas e linguagem dos povos (COELHO, 2004).

As línguas indígenas ou nacionais viriam a se consolidar no jornalismo angolano em 1983, na Televisão Pública de Angola (TPA), oito anos após a libertação dos povos angolanos, com o surgimento do noticiário em Línguas nacionais. Como afirma o diretor para a Área de Línguas da Televisão Pública de Angola: (SILVA et al., 2014, p.13), as línguas nacionais surgem na TPA, sobretudo, a 15 de abril de 1983 seguindo do DIP, na altura Departamento de Informação e Propaganda do partido que oficialmente estava e continua no poder, o MPLA, no sentido de “comunicar, levar a informação”.

Anos depois essas línguas seriam ampliadas, com o surgimento da Rádio Ngola Yetu, uma emissora de Unidade e Identidade Cultural, é um dos 5 canais que compõem a Rádio Nacional de Angola. Inaugurado a 5 de outubro de 1999, pelo antigo Ministro da Comunicação Social e da Ministra da Cultura Pedro Hendrik Vaal Neto e Ana Maria de Oliveira. Pelo Departamento de Língua Nacional, que faz suas transmissões a partir de Luanda em 14 Línguas Nacionais nomeadamente. Um canal com serviço de transmissão em Onda Média, Onda Curta (7.245 KHz) e Frequência Modulada (FM) 101.4, 104.6 MHz com uma emissão de 20 horas diárias.

No sistema de ensino, a implementação se deu em 1990 por meio do ICRA, uma escola ligada à Igreja Católica, que decidiu introduzir as línguas nacionais mais faladas no país, como; Kikongo, Kimbundu e Umbundu, buscando, com isso, a formação dos técnicos de comunicação, educadores sociais quem atuavam nas áreas de educação moral e cívica, no resgate de valores culturais, éticos e religiosos, junto às zonas rurais nas tribos. Mas, as línguas nacionais conheceram sua consolidação no sistema de ensino angolano em 2005, quando a faculdade de letras e ciências sociais da Universidade Agostinho Neto implementou no seu currículo as línguas nacionais e de lá pra cá já foram formadas mais de duas mil pessoas na área de línguas nacionais, o curso de mestrado já vai no seu segundo ano de execução, e as línguas são ministradas em mais de dez universidades em Angola

Foi pensando na regulação das línguas que o Estado angolano criou em 1978, o Instituto²³ de Línguas Nacionais (ILN), anteriormente conhecido como Instituto Nacional de Língua (INL), sob o Decreto Nº 62 de 6 de Abril, pelo Ministério da Educação, que buscou essencialmente a investigação científica no domínio da linguística e integrava nas suas estruturas organizacionais, entre outras, um Departamento especializado em Línguas Nacional e outras línguas de origem africanas e estrangeiras. Além destas iniciativas descritas, o Artigo 9º da constituição angolana prevê sobre as Línguas indígenas ou nacionais como tratadas, na Lei de Bases do Sistema de Educação de Angola – Lei n.º 13/01 de 31 de dezembro de 2001, que o Estado angolano torna obrigatório o ensino destas línguas pelo seu sistema de ensino e deve assegurar as condições humanas, científicas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais.

Até o fechamento desta pesquisa a Rádio Ngola Yetu, literalmente traduzida como “Nossa Angola”, emite a sua programação em línguas indígenas ou nacional como tratada em Angola. Com 20 horas de emissão diária, apresenta informações sobre esporte, saúde, cultura, abrangendo 12 idiomas nacionais” (SILVA, SONGA, LAGARES et al., 2014, p. 183). Como já mencionada acima, a Televisão Pública de Angola (TPA), por sua vez, possui em sua grade de programação o Jornal Nacional, também conhecido por Noticiário em Línguas Nacionais,

²³ Disponível em: <http://www.redeangola.info/especiais/aprender-as-linguas-nacionais-exigencia-actual/>

com oito Línguas nacionais veiculadas pela TV e são emitidas por intermédio de jornalistas angolanos profissionalizados e especializados na área. Atualmente, também é possível encontrar informações na internet das mais variadas em Línguas indígena angolana ou Língua Nacional como é tida no país. Site que promovem a cultura angolana e o exercício da cidadania, principalmente nas Línguas mais faladas entre os angolanos, nas Línguas Umbundu e Kimbundu e demais Línguas Nacionais.

E em 2013 o Estado por meio do Ministério da Comunicação, criou o “Prémio Jornalismo em Língua Nacional”, uma distinção de mérito atribuída ao Jornalista que mais se destaca no exercício jornalístico em Língua nacional, previsto pela constituição angolana (PRÉMIO MABOQUE DE JORNALISMO, 2013, ARTIGO 4º e 5º).

Já no Brasil, no que toca às políticas de comunicação e à representação dos povos indígenas, tem se notado uma tímida participação do Estado na regulação destas línguas na comunicação. Após uma detalhada pesquisa nas emissoras públicas do Brasil, constatamos que, dentre as emissoras observadas, a TV Cultura do Amazonas apresentou uma programação que buscava manter viva a regionalização, representando os indígenas em um programa “Nova Amazônia”, na língua xavante, “A’Uwe” que significa “povo indígena”, que melhor desenvolve um diálogo e que melhor trabalha a transição entre os imaginários relacionados às culturas indígenas e não-indígenas. Um programa exibido entre 2008 a 2013.

A emissora também exibia um programa “Taberna da Toada” tem foco nos bois de Parintins, que segunda o site da emissora, é exibido semanalmente, porém não apresenta uma lista de episódios (2014). Programa dispõe de um apresentador e a participação especial de um chef – ambos não-indígenas (TV CULTURA DO AMAZONAS, 2014).

De acordo o artigo “As Dimensões Comunicacionais da Lei de Acesso à Informação Pública”, a internet é o foro escolhido para a efetivação da Lei de Acesso à Informação – LAI. O conteúdo produzido por essas emissoras é de interesse público e deve estar disponível, de maneira fácil e acessível, nos seus portais Gerald e Sousa (2013).

No entanto, até o fechamento desta pesquisa observou-se que só a TV Brasil Amazonas e de São Paulo manifestaram um certo interesse em criar um espaço de representação aos povos indígenas, espaços esses que ainda não são dominados pelos próprios povos e sim, pelos não-indígenas. No mais, o que tem se observado são iniciativas por partes dos indígenas como os

povos Tapeba²⁴ que criaram uma rádio comunitária, em 2005, e outras iniciativas como a peça de audiovisual produzido pelos próprios indígenas, sobre a tradicional Festa da Carnaúba, disponibilizados num canal do Youtube.

A Rádio Yandê²⁵ uma emissora educativa e cultural, que funciona em um canal virtual que tem como objetivo a difusão da cultura indígena através da ótica tradicional, mas agregando a velocidade e o alcance da tecnologia da internet.

Dessa forma, observamos algumas políticas sociais por parte dos Estado para os povos indígenas como a promoção da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, a Democratização do Acesso a Terra, mas no que toca as políticas de comunicação voltada para essas minorias não foi localizada qualquer uma que possibilitasse a prática jornalística ou que estimulasse o ensino destas línguas nas escola, tão pouco um órgão de regulação desta línguas na mídia. Da mesma forma, não tivemos qualquer resposta da parta das emissoras públicas à nossa solicitação de informação.

Diante de tais reflexões, pode-se apontar algumas considerações importantes sobre a relevância que essas políticas de comunicação as novas tecnologias e meios de comunicação possuem para o campo da comunicação e cultura dos grupos indígenas, nessa pesquisa representado pelo povo Tapeba, Yandê, ou ainda pela Rádio Ngola Yetu de Angola como referência para se pensar como a participação dos povos nesses meios e por outros grupos minoritários e movimentos sociais. E, por isso, se pensar a utilização social e política da comunicação para o apoio de ações políticas de minorias como parte do processo da democratização dos meios de comunicação no Brasil.

Entendemos que, uma vez inseridos no processo de articulação e mobilização social dos índios, a rádio e tevê e os demais meios de expressão e comunicação, podem ser utilizados como instrumentos de reafirmação étnica, uma vez que são utilizados para publicizar a existência desses povos, sua cultura e luta pela demarcação de suas terras. Além disso, todos esses recursos também assumem um papel de extrema importante no processo de reelaboração

²⁴ Disponível em: <http://www.tucum.org/comunidades/tapeba-caucaia/>

²⁵ Disponível em: <http://radioyande.com/>

simbólica, mediada por tradições e inovações, no qual os povos indígenas tornam-se receptores-produtores de mídia o que leva a uma reelaboração da sua cultura através de pertencimentos ancestrais, de uma origem comum, e apelos contemporâneos, como por exemplo, apropriações tecnológicas para publicização e afirmação das suas identidades.

Os meios de comunicação também ampliam e acabam contribuindo para fortalecimento do movimento social, cultural e político indígena. Esses recursos tornam-se mecanismos capazes de integrar e organizar as comunidades indígenas, facilitando a troca de informações entre si e ampliando a visibilidade para o outro, ampliando e fortalecendo assim a luta comum. a ter acesso a novas tecnologias, o que permite articular as comunidades, trocar informações, visibilizar experiências de resistência, fazer denúncias com rapidez e grande alcance de repercussão. E não só, manter os povos informados sobre questões inerentes a política estatais. O que nos leva a concluir que o Estado precisa implementar tais políticas, para que cada vez mais essas línguas estejam presentes no seio da sociedade brasileira e nos meios de comunicação, e se quebre qualquer preconceito a respeito destas línguas, como argumenta Tófoli (2009, p. 215), “que esses grupos são “invisíveis” pela sociedade e o Estado, seus diferenciais eram percebidos e exaltados apenas como estigma, com certo preconceito e discriminação”.

14. REFERÊNCIAS

_____. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada²⁶ em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Último acesso: 08/10/2014, 11:02.

_____; CHIARETTI, Marco; FIORINI, Ana Maria. **Indicadores de qualidade nas televisões públicas** – uma avaliação contemporânea. Representação no Brasil da UNESCO, Série Debates CI, Nº10: Janeiro de 2012, 35 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002166/216616por.pdf>. Último acesso: 08/10/2014, às 09:45.

ADRIANO, Paulino Soma. **Tratamento morfossintático de expressões e estruturas frásicas do português em Angola:** divergências em relação à norma europeia. 2014.
ANGOLA. Lei nº 13/01, de 31 de dezembro de 2001. **Diário da República: Órgão Oficial da República de Angola, Luanda**, I Série, n. 65, 31 de dezembro de 2001. Artigo 9º (Língua).

ANGOLA. **Regulamento Prémio Maboque de Jornalismo.** Edição 2013. Disponível em: .Acesso em: 18 out. 2014.

ARAÚJO, Joel Zito. **Onde está o negro na TV pública?** Fundação Cultural Palmares: 2010, 8 p. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/pesqtv.pdf>>. Último acesso: 08/10/2014, às 10:42.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. **Tapebas, Tapebanos e Pernas-De-Pau de Caucaia, Ceará:** Da Etnogênese como processo social e luta simbólica. Mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993 - 30 p. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie165empdf.pdf>> Acesso em: 21 mar. 2009.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. **TV pública, políticas de comunicação e democratização: movimentos conjunturais e mudança estrutural.** *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, vol. X, n. 3, Sep. – Dic. / 2008, 14 p. Disponível em: <http://www.horia.com.br/sites/default/files/documentos/TV_Publica_políticas_de_com._e_

²⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>

de mocratizacao.pdf >. Último acesso: 08/10/2014, às 10:58.

BRASIL, Lei Federal nº 11.652, de sete de abril de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm Último acesso: 08/10/2014, às 11:20.

BUCCI, Eugênio. **É possível fazer televisão pública no Brasil?** Novos estud. – CEBRAP, nº 88, São Paulo: 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002010000300001&script=sci_arttext Último acesso: 08/10/2017, às 11:12.

CACUMBA, Joaquim Sapalo Castilho. **Determining the academic reading needs of teacher trainees of English at ISCED-Huíla, Angola.** Disponível em: Acesso em: 29 ago. 2014.

CARMONA, Beth. **A marca da TV pública.** In: **I Fórum Nacional de Tv's Públicas: Diagnóstico do Campo Público de Televisão.** Brasília: Ministério da Cultura, 2006, p. 21 – 25.

CÉSAR, Cyro. **Rádio: a mídia da emoção.** São Paulo: Summus, 2005.

COELHO, Sebastião. Angola: Histórias e Estórias da Informação. Luanda: Executive Center, 1999.

COELHO, Sebastião. **Língua Oficial e Línguas Nacionais.** 2014. Disponível em: <http://www.uaisites.adm.br/iclas/pagina_ver.php?CdNotici=27&Pagina=Biblioteca>. Acesso em 15 set. 2014.

COUTO, Andréia Terzariol; PAVAN, Maria Angela. **A resistência dos canais alternativos de TV: estudo de caso da TV Comunitária de Campinas - Canal 8.** Revista Extraprensa, América do Norte, 1, nov. 2010, 21 p. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/viewFile/77181/81043> Último acesso: 08/10/2014, às 10:29.

DICIONÁRIO PRIBERIAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: www.priberam.pt/DLPO/. Acessado em 02/11/2014, às 13:45.

ESCH, Carlos Eduardo; DEL BIANCO, Nélia Rodrigues; MOREIRA, Sonia Virginia. **RADIODIFUSÃO PÚBLICA: UM DESAFIO CONCEITUAL NA AMÉRICA LATINA.** Revista FSA, Teresina, v. 10, n. 4, art. 4, p. 67-86, Out./Dez. 2013, p. 67 – 86.

ESPANHA. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Barcelona:** junho, 1996.

FERIGOLO, Juciane. **A Língua enquanto sistema e a língua enquanto produção de sentidos para o sujeito.** In: Raído, Dourados, MS, v.3, n. 6, p. 73-84, jul./dez. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 46 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: **Por uma Teoria Interpretativa da Cultura.** In: A Interpretação das Culturas. São Paulo: Zahar, 1978, p. 13-41.

GERALDES, Elen; SOUSA, Janara. **As Dimensões Comunicacionais da Lei de Acesso à Informação Pública.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013.

GINSBURG, Faye D. Screen memories: **resignifying the traditional in indigenous media.** In: **Media Worlds: Anthropology on New Terrain.** _____, et al. California: University of California Press, 2002, p. 39 – 57.

GOMES, Alexandre Oliveira; VIEIRA NETO, João Paulo. Museus e **Memória indígena no Ceará:** a emergência étnica entre lembranças e esquecimentos. In: PALITOT, Estevão Martins (org.). Na mata do Sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza: Secult / Museu do Ceará / IMOPEC, 2009.

GUARESCHI, Pedrinho A. Representações sociais e ideologia. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p.33-46, 2000. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.** Censo Populacional: O Brasil Indígena. 2010. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/> Acessado em 18/09/2014, às 17:08.

GUIDE, Antônio Marcos. TPA - **O Modelo de TV Pública de Angola. 2007.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. IJUIM.

HOHLFELDT, Antônio. Da necessidade e da possibilidade de uma história das mídias sob a ótica lusófona. **CECS-Publicações/eBooks**, p. 103-115, 2017.

HOUAISS, Antônio. VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa., elaborado no Instituto Antônio H. de Lexicografia de Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda.** 3ª ed. rev. E aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INTERVOZES – **COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.** Contribuição ao ²⁷II Fórum Nacional de TVs Públicas. Brasília: maio de 2009, 21 p. Disponível em: <<http://www.cinemabrasil.org.br/site02/iifntvp-intervozes.pdf>>. Último acesso: 08/10/2014, às 13:32.

JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão.** In: As Representações Sociais. JODELET, Denise (org.). Editora UERJ: Rio de Janeiro, 2001, p. 17 – 44.

JORGE KENEHIDE. **A responsabilidade social do jornalista e o pensamento** de Paulo Freire. In: Em Questão, Porto Alegre, v. 15, n.2, p. 31 – 43, jul/dez. 2009.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo:** o que os jornalistas devem saber e o público exigir. – 2. ed. – São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LAGO, Cláudia e BENETTI, Marcia. **Análise do Discurso em Jornalismo:** estudo de vozes e sentidos. In: Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LUCIANO, Gerssem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Série Via dos Saberes nº 1, Coleção Educação para Todos. UNESCO: 2006, 233 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf> Último acesso: 08/10/2014, às 10:24.

MARSHALL, Thomas H. **Citizenship and social class.** Cambridge, 1950.

MATTOS, Sérgio. **Um perfil da TV brasileira.** Salvador: Abap, 1990.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o diálogo possível.** 5ª Ed. São Paulo: Átila, 2008. 96p. MELO, A. Borges. **A influência do Brasil no Jornalismo de Angola.** Rio de Janeiro: Livraria Paisagem, 1985.

NOGUEIRA, Armando. "Telejornalismo I: **A experiência da Rede Globo**", in TV ao Vivo: Depoimentos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, pp. 81-92.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania.**

²⁷ Disponível em: <<http://www.cinemabrasil.org.br/site02/iifntvp-intervozes.pdf>>

In: ROLIM, Renata Ribeiro (org.). **Rádio, movimentos sociais.**

QUADROS, Ronice M.; CRUZ, Carina Rebello. **Língua de sinais.** Artmed Editora, 2009.

ROSENSTOCK, Huessy, Eugen. **A origem da Linguagem.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

SAUSSURE, de Fernand. **Curso de Linguística Geral.** 27. Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, SONGA, LAGARES et al., **A televisão e o rádio em Angola: surgimento e a implantação dos jornais em línguas nacionais.** p. 171 – 189. In: DIAS, Luciene de Oliveira e FARIAS, Sálvio Juliano Peixoto (orgs). **Estudos Contemporâneos em Jornalismo (Coletânea 2).** Goiânia: FIC/UFG, 2014 – 352 p., il.

TPA INTERNACIONAL. **Logotipo do Noticiário em Línguas Nacionais.** Disponível em: <<http://www.tpai.tv/programas?item=Notici%C3%A1rio+L%C3%ADnguas+Nacionais>>. Acesso em: 30 maio 2014.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. **TV pública no Brasil: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira.** 2009.

YEGANEH, Sakineh. Seasonal changes of blood serum biochemistry in relation to sexual maturation of female common carp (*Cyprinus carpio*). **Comparative Clinical Pathology**, v. 21, n. 5, p. 1059-1063, 2012.

15. ANEXO

Entrevista em profundidade

Marcial Domingos Pessoal

(Dr. do Jornal em Línguas Nacionais de Angola “Jornal Nacional”)

“As línguas nacionais na Televisão Pública da Angola iniciam mais ou menos no ano de 1983 por orientação do DIP (Departamento de Informação e Propaganda do MPLA) que faz chegar comunicação para as pessoas que não se comunicam ou recebem a informação na língua portuguesa, por uma questão de localização e também não ter uma orientação escolar para o português, então o DIP orientou para que as línguas nacionais também fossem faladas nos órgãos públicos, precisamente na rádio nacional e na televisão pública da Angola. É assim que as línguas nacionais na TPA começam com 4 línguas, Umbundo, Kimbundu, kikongo e Chócue e foram surgindo as outras línguas... depois dessas 4 tivemos o Ganguela, depois tivemos o Fiot, antes do Fiot tivemos o Chiwango, que muitos chamam de Cuanhama e depois foi inserida a língua Nhaneka. Podemos precisar um pouco assim geograficamente por onde são faladas essas línguas, a língua Umbundo é falada na Zona Sul, nas províncias de Huambo, Benguela, Bie, Cuando Cubango, Cuanza Sul também é uma mistura ali porque tem conflito com muitas outras línguas, mais precisamente no Bie, Huambo, Benguela... São mais ou menos essas províncias que falam essa língua, se bem que eu também digo sempre que somos a unidade na diversidade, essas línguas são faladas quase em Angola, pronto. Onde há a maior representatividade. O Kimbundu, está em Malange, Bengo, Cuanza Norte e parte do Uíge e do Cuanza Sul e também depois temos o Kikongo, Zaire e Uíge e temos o Tchoco na Zona Leste. Moxico, as Lundas na norte e sul e bem como também na província do Bie temos o tchoco, temos o Banguela Cuando Cubango, no Moxico e Bie. Temos o Cuanhama na província do Cunene, que também é falada essa língua na Namíbia, uma língua de grande representatividade na Namíbia que é um país vizinho, temos o Fiót que é falado na província de Cabinda, mais ao norte do nosso país e temos o Nhanheka, Cunene, Namibe e Huila. São as línguas que temos no jornal. Mais ou menos a partir dessa altura que as línguas foram mais revolucionadas e começamos com algum pessoal que trabalhava tempo integral na TPA e também tinha aquele pessoal que trabalhava com o pert-time que eram aqueles colaboradores que vinham sobretudo da rádio nacional. Depois desse período procuramos ter mais pessoal que trabalhasse aqui em

full time, tempo integral mesmo e nesse momento contamos apenas com um colaborador na língua em Nhanheka. Os nossos trabalhos aqui no dia-a-dia: Temos um magazine, com cerca de 30 minutos, de segunda a sexta, porque no sábado temos o Umbundo, que tem uma hora de antena. No domingo temos duas línguas repartidas por 30 minutos que é Chiwambo e o Nhanheka. Nós abordamos em nossos magazines, matérias em caráter social, econômico, alguma política porque nós iniciamos nossos magazines com notícias e depois das notícias é que vão as matérias mais sociais e de outra natureza. Nós contamos também para a execução desse trabalho com alguns correspondentes a nível do país, sobretudo da língua mais falada daquela região. Do Ubundu, por exemplo, temos correspondentes no Huambo, Benguela, No Bie, no Congo Cubano, esses normalmente entram em direto para poder dar suporte. A nossa estrutura são as notícias, depois vamos para as peças que estamos falando de Malange que são as peças que entraram no dia 9 de abril. Depois tivemos o Bengo como nosso correspondente, aqui temos nosso correspondente (Fala os entrevistados ilustrando o espelha do programa), que enviam as matérias, depois tivemos também aqui o um correspondente no Cuanza Norte. Então é mais ou menos assim a estrutura do nosso dia. Nós também fazemos cobertura de grandes eventos e fazemos apontamentos de temas que nós elegemos com pivô no terreno e é assim que nós fazemos para garantir nossos magazines. O manual de redação nós seguimos a linha editorial, a norma geral da empresa, seguimos a mesma linha. Aqui o que muda mesmo é só do português para nossa língua. O segmento é igual. Esqueci da província da Huila no Umbundo. Temos Luanda, temos Huambo, temos o Bie, temos Benguela, temos Congo Cubano e a Huila. A convivências das línguas no cenário nacional! Nós os falantes das línguas nacionais. Nossa convivência é salutar, é muito boa. Agora, existem alguns laivos, alguma discriminação que tem a ver com os “Portugueses” em relação a nós, as pessoas que se comunicam da língua portuguesa que às vezes tem esse tabu, alguma imagem não muito clara com relação às pessoas que se comunicam nas línguas nacionais. Ainda no discurso do Presidente da nação, no dia 16 de outubro... normalmente todo 15 de outubro há uma comunicação do presidente da república para poder situar o estado da nação para a população. Ele fazia referência de algum valor, de alguma importância que precisa ser dada às línguas nacionais. Ele fala “os setores da cultura e da educação devem andar de mãos dadas com o esforço e sentimento nacional, neste quadro, uma das tarefas a não esquecer tem a ver com o reforço do papel das línguas nacionais no sistema de ensino”, então o estado tem que procurar fazer, porque eu penso que algo deveria

ser feito mais, aquele que diz que tem a ver também com o início das aulas serem lecionada mesmo na base em vez de começarmos... eu ia usar o termo da pirâmide invertida... em vez de começarmos... se começássemos na base, as crianças já iam tendo noção, o contato com essas línguas, quando chegassem no ensino superior já estavam mais por dentro... mas ainda sinto que algo está... esse preconceito também pouco a pouco tem estado... um ou outro nós sentimos ainda no dia-a-dia, mesmo aqui no local de trabalho onde estamos, eu sinto, nós sentimos. Mas já é algo que esta melhorar, porque no início acessar essa rua e encontrar alguém que “ou, você é aquele fulano que fala aquela língua estranhas” é um absurdo de tão tamanho. Mas nós sentimos de uma forma tímida, melhoramos um pouco neste sentido. No que toca a supremacia da língua portuguesa. Eu tenho que reconhecer que sim, porque segundo o censo da população em 2014 essa é a língua mais falada em Angola, transformou-se na língua mãe de muitos angolanos, então neste momento ainda de fato existe... Voltamos à questão anterior, a língua portuguesa é lecionada desde o ensino primário até na universidade... então as línguas nacionais ainda não estão neste patamar, então a supremacia de fato existe e tem crescido. Os estudantes ficam condicionados, têm essa disciplina lá que ele tem que fazer o esforço. Tenho contribuído com muitos estudantes que vem aqui a minha sala para pedir alguma ajuda, seja na língua Kimbundu que é a que eu falo, ou para também indicar um colega de outra língua, porque eu posso ter noção, mas prefiro indicar uma pessoa da área para orientar ou dar algum impulso. Tenho trabalhado nesse sentido com muita gente”.

Entrevista em profundidade

Domingos João Issanzo

(Dr. Administrativo da Rádio Ngola Yeto)

“No que toca a afirmação das línguas nacionais na Comunicação Social, em Angola, particularmente nos meios eletrônicos, destacando a Rádio Ngola Yeto pela sua longa trajetória. O surgimento da emissora encerra uma história que inicia desde o período colonial. As línguas nacionais foram importantes instrumentos de mobilização dos povos angolanos durante a luta de libertação nacional. Mas também do outro lado, as línguas eram combatidas. Muitas barreiras, várias conotações, rótulos e outras situações que caracterizaram as línguas nacionais, mas não impediram que essas línguas viessem a ocupar um lugar de destaque na mídia em Angola, ou seja no rádio. O surgimento da emissora se deu por meio do Departamento de Língua Nacional da RNA (DELINAC) uma proposta que partiu do jornalista Filipe André

Lomboleni, então chefe do departamento junto ao governo de Angola, sobre a inserção das línguas nacionais na televisão de Angola (TPA), tendo merecida a devida aprovação, e viria a se consolidar anos depois. A consolidação das línguas nacionais na mídia em Angola se deu em 5 de Outubro de 1998, por meio do ex-Ministro da Comunicação social o Sr. Hendrick Vaal Neto e pela ex-Ministra da Cultura, a Sr^a Dona Ana Manuel de Oliveira, e do Dr. Geral da Rádio Nacional de Angola (RNA), Manuel Rabelais. A emissora apareceu com um logotipo inspirado na estátua “Smanhabga”, que significa “Pensador” um dos símbolos da cultura nacional. A Rádio Ngola Yeto um canal autônomo que passou a fazer transmissão em 14 línguas nacionais; em onda Curta, Média e Frequência Modulada, a partir dos estúdios centrais em Luanda. A Rádio Ngola Yeto dispõe de um lugar privilegiado, é segunda emissora se não o primeiro maior canal da Rádio Nacional de Angola, com uma altíssima audiência em todas as províncias do país. A emissora não tem qualquer concorrente, está representada em toda as rádios provincial, em algumas com uma frequência própria e em outras partilhando a frequência com a língua portuguesa. Todas as emissoras a nível nacional são orientadas a retransmitir emissões da Rádio Ngola Yeto, que transmitem -se a partir dos estúdios centrais e devem manter um serviço regular de envio de correspondências para alimentar os espaços informativos dessas. É com a Rádio Ngola Yeto que a RNA cobre o país todo em termos de audiência sem essa jamais chegaria a cobrir a totalidade do país. A programação da emissora conta com um total de vinte horas de antena, que se divide em quatro turnos. Manhã (6H00 – 12H58 min); Tarde (14H00-19H58); Noite (20H00 -20H58); Madrugada (1H00 -5H58). Com um enquadramento temático que seguem as seguintes abordagens: As segunda-feira – são emitidos programas ligados a produção nacional, as políticas do executivo em relação agricultura, pesca, a indústria e o comércio. As terça-feira-são abordados temas ligados a pátria, a cidadania, a família, com objetivo de inculcar aos ouvintes os valores mais elementares, solidariedade, altruísmo, interajuda, amor ao próximo. Nesse espaço são passadas entrevistas com entidades políticas, religiosas, onde emitem suas opiniões a respeito de diversos assuntos. Na quarta-feira- são tratadas questões ligadas a saúde pública, campanha de vacinação, entrevistas com especialistas dos ramos e entidades ligadas ao Ministérios da Saúde para esclarecimentos a respeito dos esforços que são levados a cabo para erradicação das grandes endemias, doenças emergentes e crônicas. São emitidos os spots para preservação e tratamentos das patologias como a Malária, Tuberculose, HIV, os cuidados com o consumo excessivo de sal, a Pólio e

demais doenças. A conservação do meio Ambiente e a preservação rodoviária. Quinta-feira – são passadas as matérias relacionadas ao continente africano; modus vivente a história, economia, a música, a arte e os direitos humanos. Sexta-feira – são abordados os contos, provérbios, arte, a cura, os regimes alimentares, usos e costumes dos povos que habitam o território angolano. Sábado – são debatidas questões relacionadas ao esforço do executivo nos domínios da reconstrução e construção de infraestruturas sociais e básicas: estradas, pontes, escolas, hospitais, habitação, energia e abastecimento de água potável, formação profissional dos jovens e do desporto. No Domingo, a rádio veicula um programa de entretenimento que incide um contato com o ouvinte através de ligações telefônicas e email. Nesse espaço os ouvintes saúdam os seus entes-queridos e têm a possibilidade de escolher uma música do seu gosto; aparecem alguns concursos relâmpagos. O espaço ainda é preenchido com acompanhamento de jogos de futebol, basquetebol e outras modalidades. Com isso a Rádio Ngola Yeto busca; promover as línguas nacionais, ser um veículo de informação que confere às línguas nacionais o carácter de língua veicular por serem essas que veiculam as informações, elevar o nível de dignidade das línguas nacionais, ser de fonte de que muitos estudantes universitários recorrem para obter informações, revelar a importância que o estado angolano dá às línguas nacionais, despertar o sentimento de angolanidade, um modelo vivo de harmonização e unidade nacional, símbolo de identidade cultural angolana, contribuir ao maior despertar dos angolanos em termos de valorização das línguas nacionais. Tudo isso só é possível por conta de uma equipe que está constituída por 80 profissionais, dentre eles repórteres e editores. Todo material segue um processo de apuração convencional, o que difere é na hora da leitura das matérias, elas chegam nos estúdios em português e são lidas nas respectivas. Estas são as histórias da nossa rádio”.



Imagem: Redação da Rádio Ngola Yeto



Imagem: Estúdio da Rádio Ngola Yeto



Imagem: Estúdio da Rádio Ngola Yeto

Entrevista em profundidade

Jorge Capitango

(Coordenador das Línguas Nacionais na Universidade Agostinho Neto)

“Bom, sou professor e coordenador das línguas nacionais no ensino superior, na faculdade de letras da Universidade Agostinho Neto, mas não podemos falar das línguas nacionais no ensino superior sem começarmos a mostrar o percurso histórico... nós começamos a dar aulas no ensino médio do instituto de ciências religiosas que é o ICRA, é uma escola ligada à Igreja Católica, a Igreja Católica decidiu introduzir as línguas nacionais Kikongo, Kimbundu, e Umbundu no ensino médio, no curso que eles estavam a pretender é a formação dos técnicos de comunicação... a área da sua missão era formar os técnicos médios dos educadores sociais. Os educadores sociais intervêm na Área da Educação moral, cívica, no resgate de valores culturais, éticos e religiosos, então o trabalho de assistente não é na cidade mas é mais no campo Rural e Suburbana, por causa do Êxodo dos jovens para a cidade e os jovens Deixando as suas aldeias e seus pais, quando chegam na cidade eles mudam, pensam que entrando numa vida cidadina, tinham que deixar os seus valores culturais e alguns pensavam que são ultrapassados, então esses técnicos era para mostrar que na sociedade se vê assim, assim e assim, deve-se respeitar as leis, os direitos humanos, cada um tem que ter a consciência de ser bom cidadão. Para fazer essa mobilização junto das comunidades tinham que dominar uma das línguas nacionais, então foi essa necessidade de eles introduzirem naquele curso, instituto médio de educadores sociais. Então, em 1990, foi quando o ICRA decidiu introduzir nas línguas nacionais e nós fomos os primeiros a sermos reportados e fomos caminhando até quando o instituto de línguas nacionais realizou um seminário a nível das igrejas, a nível dos escritores, a nível daqueles que estão ligadas a tradição bíblica e evangélica e nós aparecemos lá já como professores na língua nacional. Esse seminário valeu porque entramos num domínio do estudo profundo das estruturas da língua Banto, as técnicas e métodos de ensino e a partir daí tivemos outra dinâmica do ensino de línguas nacionais e só em 2005, com a fundação da faculdade de letras e ciências sociais, quando surgiu essa instituição, também introduziram no seu currículo as línguas nacionais. Por tanto, a primeira coisa que a Universidade Agostinho Neto, fez uma sondagem de quantos já lecionavam as línguas nacionais, e nós aparecemos como os primeiros no currículo de ensino de línguas nacionais na faculdade de letras, na altura era facultadede ciências sociais e letras e depois entramos a título excepcional porque como técnicos médios,

simultaneamente tínhamos a categoria de monitores, simultaneamente éramos, no período da manhã, estudantes e, no período da tarde, lecionamos as línguas nacionais aos colegas que eram da formação de linguística. Isso foi a título experimental e fizemos os 4 anos do curso de línguas e literatura africana, quando defendemos, depois fomos introduzidos a categoria de docente. É a primeira faculdade pública que deu o primeiro passo na introdução de línguas nacionais, e o primeiro regente, quem foi o mentor do currículo para introdução de línguas nacionais é o Doutor Ndonga Mfwa, um linguista africanista, que foi o mentor quem criou o projeto de línguas nacionais dentro da faculdade de letras e ciências sociais. A partir daí fomos trabalhando, e cada um foi desenvolvendo sua linha de trabalho... a minha monografia seguiu na fonética e fonologia da língua Umbundu, fazendo um estudo comparativo, um estudo contrastivo com a língua portuguesa, para ver quais são as simetrias e assimetrias. Fomos avançando com as 4 línguas, Kikongo, Umbundo, Tchoco e Kimbundu, são 4 línguas que atualmente estão no currículo da nossa faculdade. Desde 2005 até hoje, já foram formados centenas de licenciados e os mestres em línguas e literaturas africanas não ultrapassam 40, é o segundo ano do mestrado nessa área. Caminhando com a história das línguas nacionais... outras instituições privadas, no caso da Universidade Católica, quando eles viram que a faculdade de letras e ciências sociais introduziram no currículo, eles também seguiram as nossas pegadas, hoje no ISUP, Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica, lecionam 3 línguas Kikongo, Umbundo e Kimbundu. Na mesma cena, o Instituto Metodista, o Unida, também introduziram línguas nacionais no seu currículo, depois surgiu o Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ICED), com a necessidade de formar professores para intervirem no ensino geral, então quando o ministério da educação decidiu introduzir no currículo de ensino as línguas nacionais a nível de forma educativa, então o Iced, foi obrigado a introduzir no seu currículo as línguas nacionais com o objetivo de preparar e formar professores que estão a intervir no ensino geral. Fazendo a pesquisa também verificamos que o Jean Piaget, lá de Viana, também introduziu no seu currículo as línguas nacionais e por sorte os nossos estudantes formados aqui e no Iced é que estão a dar contribuição no ensino de línguas nacionais nas outras instituições. No ano antepassado, o instituto superior politécnico de angola também introduziu no seu currículo as línguas nacionais no curso da comunicação social. Por enquanto são essas instituições do ensino superior que já estão a seguir o currículo de letras e ciências sociais, estamos num bom caminho porque fomos os precursores a nível de ensino de línguas nacionais

em angola. Por enquanto o que me falta é o subsídio de uma documentação oficial que determina os decretos que orientam a introdução de línguas nacionais no ensino geral do ministério da educação para forma educativa e um documento oficial que orienta o ensino de línguas nacionais na faculdade de letras e ciências sociais e no Incra, só essa parte que ainda não tenho. As nossa línguas nacionais, temos uma estrutura que posso repartir em duas árvores, uma árvore com dois ramos, temos uma estrutura de línguas nacionais com origem Bantu, que são as línguas que têm maior representatividade a nível nacional e depois temos as línguas de origem não bantu que são os Coisã e Batua, localizados nas províncias do Cuando Cubano, Huila e Cunene, enquanto que os Batua estão localizados na província do Benguela e Namíbia, nesta intersecção entre benguela e namíbia, um grupo minoritário ou designado por Batua, também por uma língua não Bantu. Em contexto geral, as línguas Bantu tem seu tronco comum, a sua referência de Bantu, de acordo com o grande linguista o XX, que explica da seguinte forma: as línguas que tem as características comuns, cujo o tronco comum são os prefixos nominais, que são a formação de um conjunto de classes nominais em que elas que determinam os acordos... quer dizer, essas características dos tons, quer dizer, a marcação dos tons, que um tom pode determina a diferença de significação e a presença dos prefixos nominais para a formação do plural e singular, e esses prefixos nominais servem como elementos de coordenação dentro de uma frase. Essas características só se encontram na língua bantu, quer dizer, da África central até o sul, todas essas línguas têm a característica comum. O que eles diferem está relativamente com alguns vocábulos, existem vocábulos comuns para todas as línguas que eu conheço, tanto do ponto de vista verbal, quanto de alguns animais domésticos e selvagens, algumas características do ponto de vista cultural, no caso da dança da dança, na forma de tocar o batuque, a religião e a designação do ser onipotente que é Deus... muito coisa que é semelhança, no caso da designação sobre Deus, alguns dizem Nzanba, outros dizem Tchzambi, Nzambi, o que varia é apenas a forma da pronúncia, mas a base de Tchzambi, Nzambi, Nzanba é a mesma para designar Deus. A convivência é saudável porquê de alguma forma há uma homogeneidade por causa das imigrações. As pessoas migraram do Norte para o Sul, e o grau de parentesco encontra-se em um determinado povo, e no outro, mesmo que haja diferença de sotaque, há uma relação familiar e linguista. Eu digo que o primeiro presidente da Angola, Dr. Agostinho Neto, em 1979, na abertura oficial da união dos escritores angolanos, ele dizia, a língua portuguesa como língua veicular não poderá resolver nossos problemas, será

necessário introduzir as línguas nacionais no ensino primário e médio, para preservarmos nossas culturas. Naquele tempo já havia que, para o desenvolvimento do país, será necessário resgatar nossas línguas para o ensino e essa ideia do primeiro presidente só veio vingar em 2005, quando o estado angolano aprovou as línguas nacionais na reforma educativa e no ensino superior. Essa ideia, ou essa vontade, de um lado é boa, mas falta um instrumento jurídico, chamada política linguística para que as nossas línguas nacionais saiam dessa designação de língua nacional, porque existe um instituto vocacionado para a defesa e promoção de línguas nacionais, que é o instituto de línguas nacionais pertencente ao ministério da cultura. Tem evitado esforço para a formação de técnicos e investigadores, professores formados em línguas nacionais a nível dos escritores para línguas nacionais, mas apesar do que já se fez, deveria fazer muito mais. Já temos documentos que autorizam o ensino de línguas nacionais, mas o ideal é que nossas línguas fossem consideradas na constituição como línguas oficiais ao pé de igualdade como a língua portuguesa. Então, vontade dos defensores, no nível dos docentes da universidade, de escritores e antropólogos, ainda não está resolvida. O que nós queremos é que as línguas nacionais tenham uma dimensão nacional a nível da estrutura governamental. Significa que se as línguas nacionais passarem a ser instrumento de trabalho nos órgãos do Estado, haverá vantagens para a população, porque há muita gente que vai no hospital e não consegue exprimir a patologia que sente, ou as dores, a doença que sente, porque o médico usa uma terminologia científica, o paciente não entende a linguagem do médico, nos tribunais tem acontecido o mesmo... a linguagem dos juizes e juristas não é acessível para o cidadão usar, e não tem mecanismo de defesa por falta de domínio da língua portuguesa. O ministério da justiça e direitos humanos já apresentou essa problemática de que muitos tem sido condenados não por que são criminosos, mas porque não dominam a língua portuguesa e foi submetido ao parlamento para que as nossas línguas sejam oficializadas e que se formem muitos tradutores e intérpretes, no caso, dos tribunais que haja mais intérpretes, na saúde e os governantes, quando se dirigem às populações, não deviam usar só a língua portuguesa, mas que houvessem intérpretes para que a mensagem chegasse até eles. O instituto de línguas nacionais, que é vocacionada para a investigação e pesquisa científica de línguas nacionais, já divulgou ao estado angolano a diversidade linguística no país, e por isso que do lado há vontade política, do outro há morosidade, porque o que nós queríamos é que tudo o que se fez para oficialização deveria ser efetivado... já começamos há muito tempo, desde 90 até hoje, é um percurso muito

lento. Mas espero que todos os programas e projetos que nós traçamos sejam efetivados para a efetivação das nossas línguas nas instituições do estado angolano. Existem preconceitos em alguns angolanos, o preconceito tem como causa a ‘assimilação’ do tempo colonial. No tempo colonial havia três classes, a primeira branca, a segunda de mestiços e o terceiro de ‘assimilados’, assimilados significa aqueles negros que renunciaram a sua cultura e as suas línguas e seguiram a política colonial de que falar o Kimbundo, Umbundo, Kikongo é vergonhoso, são línguas de cães que não tem importância nenhuma. Falar o inglês, francês, português quer dizer língua de gente, de estatura intelectual, então muitos ainda tem esses preconceitos de considerar nossas línguas como línguas para os indígenas sem estudo. Portanto, o que queremos é mostrar ao povo angolano e aqueles que estão na direção de decisões do estado para mudarem de consciência, porque alguns tem esses preconceito e cria essa morosidade, é causada pela história da política colonial, comparando com outros países, no caso da África do Sul que após o Presidente Nelson Mandela saiu da cadeia, quando foi empossado como presidente, ele não vacilou em oficializar as línguas da África do Sul como oficiais em pé de igualdade com o inglês. Por isso na África do Sul hoje existem 11 línguas oficiais, que é o Zulu o Xhosa e o Tswana, estar em pé de igualdade significa que todas são consideradas instrumentos de trabalho nas instituições públicas. O Quênia, Tanzânia, Uganda também oficializaram suas línguas após a independência desses países e de fato eles têm muito a ganhar, porque o desenvolvimento do país não se faz com uma língua estranha. Isso quer dizer que a maioria da população pode desenvolver a agricultura, a tecnologia com base nas suas línguas. E se o ensino basear-se essencialmente em uma língua estranha, a cultura desse povo haverá bloqueios. Temos ainda experiências negativas a nível do ensino superior quando há exame de acesso, as reprovações nesses exames são mais na língua portuguesa, significa que os jovens que ingressam no ensino superior tem mostrado um índice muito abaixo do nível da língua portuguesa, e eu nunca concordei com o que alguns advogam que a maioria da população angolana fala a língua portuguesa, isso não é verdade. Porque o português padrão normalizado não é o mesmo português que alguns angolanos falam, exceto alguns acadêmicos. Por tanto, quando muitos são submetidos a um exame de acordo com o português padrão, chumbam, pelo fato de termos uma característica de um português angolano, diferente do português de Portugal ou do Brasil, por isso temos que caminhar muito para podermos estudar esses bloqueios que fazem com que o indivíduo vá a escola e a língua materna não reconhecida na escola e o

português que ele fala em casa, no bairro não é o português ensinado na escola, por isso existem muitas reprovações no ensino médio e no ensino superior pela falta dessa continuidade. Terá que se trabalhar mais para que haja essa harmonia entre a sociedade, os falantes e a língua ensinada. Existe uma supremacia, primeiro... depois da independência, a língua portuguesa foi utilizada na constituição como única língua oficial, quando um estado decide que a língua da maioria da população do seu país não é reconhecida na constituição, ali começa a supremacia da língua do colonizador, quer dizer que em Angola a língua de instrução a nível das escolas de ensino no geral é através do português. Segundo a política de assimilação em que todo aquele que fala o português tem privilégios a nível de acesso de emprego, acesso à informação... aqui começa a supremacia da língua portuguesa em relação às línguas nacionais. As línguas nacionais limitam-se como instrumento de comunicação nas comunidades e não tem continuidade na vida social, por tanto, com a política da assimilação é que nossas línguas eram consideradas as línguas dos atrasados, macacos, matumbos e cães, esses complexos continuam até hoje. Muitos pais, sobretudo os citadinos, não se interessam em ensinar aos seus filhos as línguas maternas. Por tanto, encontramos muitos angolanos cujo os pais são originais do grupo étnico Baongo, os Umbundos e Tchoco, mas seus filhos e netos não falam nenhuma língua angolana, aquela língua que deveria se caracterizar como angolana e depois deveria ser seu bilhete enquadrando-lhe no grupo. Quando um indivíduo não se exprime na sua língua materna ou de seus avós, ele rompeu com sua cultura e com sua origem, é um indivíduo que se identifica como angolano pelo bilhete, mas sua historicidade fica confusa, é um indivíduo que tem um cordão umbilical rompido porque já não se identifica com seu grupo étnico dos seus pais, seus avós, é um cidadão que afirma-se ser angolano, mas não tem uma base da afirmação cultural. Tudo isso são consequências da política colonial da assimilação. Nós devemos fazer tudo para que cada cidadão falasse 1 das línguas nacionais para o caracterizar como cidadão angolano genuíno e não um cidadão de bilhete. Porque muitos estrangeiros que optaram pela cidadania angolana também falam português, mas não tem origem em nenhum grupo étnico. A exemplo do Quênia, Tanzânia e África do Sul, onde eu já vivi, quando vai há uma instituição, até o formulário diz o seu nome, o nome da família, significa que, esse nome da família é o que identifica o seu grupo étnico. No Quênia, por exemplo, eu conheço muitos que tem, por exemplo, "XX", XX é de origem inglês, este YY significa que é da etnia X. Quando dizem "Paul xx", qualquer cidadão Queniano sabe que não é da etnia X. Quer dizer que a política

colonial quis banir a cidadania ou a identidade do povo angolano, retirando os nomes de origem africana, retirando a língua, então um indivíduo que não se identifica pela língua nem pelo nome dos seus antepassados, são, portanto, os nomes dos seus antigos colonizadores, enquadra-se na crise de identidade cultural. Porque o colono viveu em Angola há 500 anos mais ou menos, mas eles não levaram nada de nós, mas impuseram que nós falássemos a língua deles, impuseram que tenhamos nomes de origem portuguesa ou ocidental, isso se chama crise de identidade cultural, porque tudo que nós temos se identifica com o antigo colonizador, esquecendo que nós também temos uma civilização, uma história e uma identidade africana e não europeia”.



Imagem: Faculdade de Letra da Universidade Agostinho Neto